



retrato

doBRASIL

WWW.RETRATODOBRASIL.COM | R\$ 8,00 | Nº 26 | SETEMBRO DE 2009

Villa-Lobos ensaiando com a Philadelphia Orchestra em 1955

AIS DIGITAL

Nerds de todo o planeta contra o projeto do senador Azeredo

COLÔMBIA

Os EUA e o renovado papel estratégico de nosso vizinho sul-americano

TEATRO DO OPRIMIDO

As ideias do mestre Boal debatidas em encontro internacional



VILLA LOBOS

nacionalista, pero no mucho!

No 50º aniversário da morte de nosso maior músico, sua obra continua em debate



Leia retrato doBRASIL

política • economia • cultura • ciência
analisados com profundidade



www.retrato

experimente
ler para
concluir:
a realidade dos
fatos está na
imprensa popular

dobrasil.com

06 **Ponto de Vista** **A TRILHA SONORA DA REVOLUÇÃO DE 30**

O entendimento da obra de Villa-Lobos requer que interpretações simplistas sejam deixadas de lado

13 **MUITO ALÉM DO LINUX**

Em entrevista exclusiva, Marcelo Branco, do Fórum Internacional Software Livre, diz por que os *nerds* são contra o projeto do senador Eduardo Azeredo e fala sobre a construção de uma nova agenda pós-capitalista

[Antônio Martins]

32 **ZELAYA VOLVERÁ?**

O presidente deposto em Honduras se depara com a dúbia postura dos EUA. Será que os partidários do líder golpeado terão força suficiente para recolocá-lo no poder?

[Yuri Martins Fontes]



09 **UM CERTO ALÍVIO**

O acesso dos cortadores de cana a direitos trabalhistas básicos, como preveem acordos celebrados recentemente pela União e por vários estados, pode amenizar a brutal exploração à qual eles são submetidos [Rafael Hernandes]



16 **UMA SAÍDA À OBAMA**

O presidente dos EUA impôs às grandes montadoras sua própria solução para a crise do setor automotivo. Nessa equação, os trabalhadores devem pagar a maior parte da conta [Herman Rosenfeld, da *Monthly Review*]

29 **AVANÇO SILENCIOSO E POLÊMICO**

Cada vez mais utilizados na agricultura nacional, os organismos geneticamente modificados permanecem controversos. Assim como o papel da CNTBio, encarregada de analisar as sementes transgênicas [Priscila Lobregatte]



38 VILLA-LOBOS, MAESTRO DOS BRASIS

A obra do maior músico brasileiro, morto há 50 anos, permanece até hoje um grande desafio para quem pretenda enquadrá-la em padrões usuais. Talvez porque ela reflita como nenhuma outra a complexidade de nossa riqueza cultural [Antônio Carlos Queiroz]

35 ALGO MUDOU. E, PARECE, PARA PIOR

A proposta de utilização de bases militares da Colômbia pelos EUA traz forte preocupação ao Brasil e a outros países sul-americanos, que sentem ameaçada sua soberania [Natália Viana, de Bogotá]

44 JEAN ROUCH ENTRE NÓS

O cineasta-antropólogo é famoso por seu trabalho

sobre povos da África Ocidental francesa. Agora, toda sua obra pode ser vista e debatida em profundidade pelo público brasileiro [Mateus Araújo Silva]

47 BOAL GLOBALIZADO

Apenas dois meses após a morte de seu criador, o Teatro do Oprimido mostra toda sua fecundidade em encontro internacional realizado no Rio de Janeiro [Lia Imanishi]



FALE CONOSCO:

www.retratodobrasil.com

CARTAS À REDAÇÃO

cartas@retratodobrasil.com
rua fidalga, 146 conj.42
cep 05432-000 são paulo - sp

ASSINATURAS

vendas@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3032 1204 ou 3813 1527
de 2ª a 6ª, das 9h30 às 17h

ATENDIMENTO AO ASSINANTE

assinatura@retratodobrasil.com
tel. 31 | 3281 4431
de 2ª a 6ª, das 9h às 17h

PARA ANUNCIAR

comercial@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3032 1204 ou 3813 1527
de 2ª a 6ª, das 9h30 às 17h

CIRCULAÇÃO EM BANCAS

circulacao@retratodobrasil.com

EDIÇÕES ANTERIORES

vendas@retratodobrasil.com

REDAÇÃO

redacao@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3814 9030

Entre em contato com a redação de **Retrato do Brasil**. Dê sua sugestão, critique, opine. Reservamo-nos o direito de editar as mensagens recebidas para adequá-las ao espaço disponível ou para facilitar a compreensão.

CAPA Villa-Lobos ensaiando a *Philadelphia Orchestra*, 22/01/1955 / Museu Villa-Lobos

EXPEDIENTE - SUPERVISÃO EDITORIAL Raimundo Rodrigues Pereira EDIÇÃO Armando Sartori REDAÇÃO Carlos Azevedo • Lia Imanishi • Rafael Hernandez • Sônia Mesquita • Tânia Caliarí DIREÇÃO DE ARTE Chico Max EDIÇÃO DE ARTE Pedro Ivo Sartori REVISÃO Silvío Lourenço • Gabriela Ghetti • Bruna Bassette [OK Linguística] COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Antônio Carlos Queiroz • Antônio Martins • Herman Rosenfeld [Monthly Review] • Mateus Araújo Silva • Natália Vianna • Priscila Lobregatte • Yuri Martins Fontes • **Retrato do BRASIL** é uma publicação mensal da Editora Manifesto S.A.

EDITORIA MANIFESTO S.A. PRESIDENTE Roberto Davis DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO Marcos Montenegro DIRETOR EDITORIAL Raimundo Rodrigues Pereira

GERENTE COMERCIAL Daniela Dornellas REPRESENTANTE EM BRASÍLIA Joaquim Barroncas • Tel 61 3328 8046

ADMINISTRAÇÃO Neuza Gontijo • Maria Aparecida Carvalho

OPERAÇÃO EM BANCAS • ACESSORIA EDICASE [www.edicase.com.br] DISTRIBUIÇÃO EXCLUSIVA EM BANCAS Fernando Chinaglia Comercial e Distribuidora S/A MANUSEIO FG Press

TIRAGEM 20 mil exemplares [Tiragem auditada pela BDO Trevisan Auditores Independentes]



Ponto de vista:

A aproximação com Vargas durante o Estado Novo rendeu ao compositor duras e injustas críticas

A trilha sonora da Revolução de 30

Para entender a obra de Villa-Lobos, é preciso deixar de lado interpretações simplistas sobre a arte e o papel social do artista e observar sua época com mais atenção

HEITOR VILLA-LOBOS, o maestro brasileiro cuja obra é comemorada este ano internacionalmente, ainda hoje é chamado de “autor da trilha musical do Estado Novo” por ter sido funcionário do regime ditatorial implantado por Getúlio Vargas, de 1937 até o final de seu primeiro governo, em 1945. Villa-Lobos foi funcionário do Ministério da Educação no governo Vargas de 1932 até sua deposição com o golpe de 1945. Nesse período, foi diretor da Superintendência de

Educação Musical e Artística e organizou o programa de ensino musical que incluía concentrações orfeônicas com até 40 mil pessoas em estádios de futebol.

De modo parecido, o compositor russo Serguei Prokofiev foi acusado de servir a Joseph Stalin “como um sabujo” por trabalhar para o Estado soviético. Após voltar em 1935 de suas longas estadias no exterior, em 1938 Prokofiev musicou *Alexander Nevsky*, o clássico do cineasta Serguei Eisenstein. O filme conta a saga do príncipe de

Novgorod que, no século XIII, derrotou os suecos na batalha do lago Tchudskoi e os expulsou da Rússia. A partir de 1941, o filme seria uma das importantes peças da propaganda de guerra dos soviéticos contra os invasores nazistas.

Julgar a obra de Villa-Lobos, a de Prokofiev ou a de qualquer outro artista pela natureza dos regimes políticos que utilizaram seus trabalhos é uma simplificação grosseira. Do mesmo modo, é absurdo julgar o artista por sua assumida ou pretensa

posição ideológica. Certamente, há artistas de direita e artistas de esquerda, e há os que, mesmo declaradamente apolíticos, servem ora a um lado, ora a outro.

A crítica do valor da obra do artista, no entanto, não deve partir de sua filiação partidária. Vladimir Maiakovski, o maior poeta da era soviética, engajado no movimento revolucionário desencadeado na Rússia em 1917 a ponto de produzir cartazes de educação sanitária, compreendeu bem essa questão. Sabia que o valor de sua militância artística estava em sua obra poética, não em suas posições políticas pessoais, oficial ou farisaicamente aprovadas. Por isso, escreveu os seguintes versos do poema *A plenos pulmões*, aqui reproduzidos na tradução de Haroldo de Campos:

*"Ao/ Comitê Central/do futuro/
ofuscante,
Sobre a malta/dos vates/velhacos e
falsários
Apresento/em lugar/do registro
partidário
Todos/os cem tomos/dos meus
livros militantes..."*

O julgamento do artista e da obra de arte não pode, portanto, ser politizado despropositadamente. O humanista Leonardo da Vinci, que trabalhou como engenheiro militar para o sanguinário príncipe italiano César Bórgia, seria considerado direitista ou oportunista pelos críticos? O monumental *Guerra e paz*, de Tolstói, seria um romance menor porque o autor era conservador, espiritualmente ligado à velha Rússia do regime da servidão? As óperas de Richard Wagner valem menos porque ele era antissemita e Adolf Hitler as cultuava num sentido quase religioso? Os poemas de Fernando Pessoa e os de Ezra Pound são menos artísticos porque ambos eram francamente anticomunistas? E as peças engajadas de Bertolt Brecht seriam descartáveis porque ele era comunista?

ARTE E HISTÓRIA

Evidentemente o artista não produz num Olimpo, acima dos mortais comuns, além do bem e do mal. Há pinturas de antes das mais velhas civilizações conhecidas, do homem das cavernas, de 20 mil anos atrás. Mas toda obra de arte tem seu tempo, surge dentro de certas condições materiais,

de relações sociais determinadas. É indiscutível que Fídias, o maior escultor do apogeu da civilização grega, foi um artista da elite de uma sociedade apoiada no trabalho escravo, condição que permitiu a essa aristocracia dedicar-se à arte e à ciência.

No mundo medieval, no qual o trabalho escravo foi substituído pelo regime da servidão camponesa, e até o final do século XVIII, a música de elite era um trabalho de funcionários mantidos pela nobreza aristocrática ou da Igreja, ocupação basicamente utilitária, de fazer música como pano de fundo de ofícios religiosos, eventos

A obra do artista não deve ser avaliada a partir de sua posição ideológica ou partidária. Há artistas de direita e de esquerda e, mesmo os declaradamente apolíticos, que ora servem a um lado, ora a outro

cívicos ou atividades pedagógicas. Johann Sebastian Bach (1685-1750), o autor de *A paixão segundo São Mateus* e de *O cravo bem temperado*, por 27 anos, até sua morte, foi diretor de música na igreja luterana, em Leipzig, na atual Alemanha. Wolfgang Amadeus Mozart (1756-1791) em boa parte de seu tempo foi mestre concertista na corte de Salzburgo, atual Áustria. E só ao final da vida, desgostoso de ser tratado como um criado da corte, começou a ter renda da comercialização de seus trabalhos e de aulas particulares.

O primeiro compositor a se tornar autônomo, a impor a sua vontade nas partituras e a dar preço às suas obras, foi Ludwig van Beethoven (1770-1827). E não por acaso. É que havia passado o período medieval, tinha sido inaugurada a era do trabalho assalariado. Trabalhava-se de modo considerado livre, por dinheiro. E

inaugurava-se então um mercado para os músicos, que passaram a ser contratados por casas editoras, produtores musicais e outros. O mecenato continuou e continua existindo até hoje, evidentemente. Mas os músicos, em geral, a partir do final do século XVIII, agora na condição de trabalhadores assalariados, precisavam ir à luta para sobreviver. Muitos, como Villa-Lobos e Prokofiev, tornaram-se funcionários públicos.

Para entender o mundo de Villa-Lobos, não basta enquadrá-lo na ditadura à qual ele prestou serviço porque ela fazia parte de um sistema mais amplo, cultural e politicamente agitado, de transição, entre o mundo burguês inaugurado pelas revoluções democráticas da Inglaterra, dos EUA e da França, entre meados do século XVII e final do século XVIII, e o mundo socialista, que se começa a construir com a Revolução Russa de 1917. As democracias burguesas eram uma decepção para as grandes massas. Só em 1887, por exemplo, depois de cem anos de república nos EUA e somente graças a anos de gigantescas lutas operárias, o Congresso americano decretou a limitação da jornada de trabalho a oito horas. No campo dos direitos políticos, no Brasil retardatário, por exemplo, só em 1934 se estabeleceu o direito de voto para as mulheres.

FORÇAS CONTRADITÓRIAS

A arte de Villa-Lobos chegou à elite brasileira puxada por forças antagônicas desse universo mais amplo. Em 1922, aos 35 anos, ele participou da Semana de Arte Moderna, em São Paulo, apoiado por alguns figurões de tradicionais famílias paulistanas, como os Prado e os Penteado, que o adotam e custeiam suas duas viagens a Paris, em 1923 e em 1927. De volta da França, no final de 1930, bandeou-se para o outro lado, para a oposição a essa elite, que assumira o poder no País. Do ponto de vista cultural, Villa-Lobos foi marcado por essas duas experiências: a francesa, à qual fora levado por seus amigos da elite paulista, que também viam na França o centro da modernidade; e a brasileira, pela qual os vitoriosos de 1930 ▶

tentavam reformar o País e definir os símbolos culturais da Nação.

Até vésperas da II Guerra Mundial, Paris era o centro cultural do mundo em mutação. Era a cidade onde Picasso pintou *Les demoiselles d'Avignon*, considerada por muitos a obra fundadora da pintura moderna. É a cidade da apresentação inicial do balé *Le sacre du printemps* (em português, *A sagração da primavera*), com composição de Igor Stravinski – obra que, segundo o compositor e maestro Pierre Boulez, até hoje não esgotou seu potencial de novidade.

Para entender o significado da Paris revolucionária desses tempos, um dos bons testemunhos é o do famoso cineasta Jean Renoir, que a viveu e na qual foi autor de uma sequência de filmes sobre a arte e o papel do artista. Renoir refere-se às idas e vindas do movimento social de Paris e da França daquela época, que teve alguns governos de frente popular e democrática e que acabou sucumbindo, governada pela direita aliada dos ocupantes nazistas. E onde a Confederação dos Trabalhadores cresceu e murchou entre 1 milhão e 5 milhões de filiados. “Tornei-me engajado sem o pretender”, disse Renoir. “Querendo ou não, fui levado por acontecimentos que eram sempre mais fortes que minha vontade. O que eu via em meu entorno determinava minhas reações. Fui a vítima – a vítima feliz – do meio em que vivi.”

A segunda grande influência sobre Villa-Lobos decorre de ele ter sido vítima, para usar a expressão de Renoir, do projeto promovido pela Revolução de 1930, de transformar o Brasil numa Nação. É nesse período que Villa-Lobos deixa de ser modernista e se torna “neoclássico”. Ele adota Bach como base de seu projeto artístico de transfigurar o folclore nacional, compõe as nove *Bachianas brasileiras*, as peças para piano e coro do *Guia prático*, as peças para piano do *Ciclo brasileiro* para piano e uma infinidade de outras composições, incluindo canções patrióticas e exaltações à figura de Vargas.

No fundo, é o projeto nacional de Mário de Andrade, figura da elite paulista, da Semana de 22, e também o autor do projeto para criação do Instituto



Reprodução

Prokofiev e Eisenstein: grandes artistas que, como Villa, trabalharam para o Estado

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de 1936, que busca desenvolver a pesquisa para “captar e traduzir em linguagem artística os conteúdos já presentes na alma do povo”. Bach, diz Mário de Andrade, é a síntese de seis séculos musicais.

Para atingir o objetivo de definir essa ilusória alma autenticamente brasileira, o novo governo recrutou os melhores quadros da intelectualidade nacional, que já havia passado pela Semana de Arte Moderna, que já havia lido *Casa grande & senzala* (1933) de Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil* (1936) de Sérgio Buarque de Holanda, que já havia definido o samba de Donga, de Pixinguinha e de Cartola como o produto cultural “mais autêntico do País”. Passaram pelo gabinete do então ministro da Educação e Saúde de Vargas, Gustavo Capanema, não apenas Villa-Lobos e Mário de Andrade, mas também o pintor Cândido Portinari, os poetas Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Cecília Meireles, Vinícius de Moraes, o urbanista Lúcio Costa, o arquiteto Oscar Niemeyer, o paisagista Roberto Burle Marx e muitos outros.

Villa-Lobos, empregado do regime, e já guindado à condição de gênio, torna-se uma personalidade

reconhecida mundialmente. Em 1954, estreia seu poema sinfônico *Odisséia de uma raça*, dedicado ao Estado de Israel. Em 1958, compõe, por encomenda da Metro Goldwyn Meyer, a música para *Green mansions*, filme de Mel Ferrer, estrelado por Audrey Hepburn e Anthony Perkins. A conquista de Hollywood por parte de Villa-Lobos pode ser vista como um símbolo. No final da década de 1950, o País estava integrado ao mundo do pós-guerra, agora sob a hegemonia dos americanos. Paris havia deixado de ser a capital cultural do planeta, cedendo lugar a Nova York e, claro, a Los Angeles. Villa-Lobos já não merecia ser chamado de “autor da trilha sonora do Estado Novo”.

Na verdade, ele fora o autor da trilha sonora de toda a época inaugurada pela Revolução de 1930, ao que parece ainda longe de terminar. As contradições dessa época ainda presente expressam as dúvidas que o Brasil enfrenta, mesmo agora, no início do que parece ser uma das grandes crises do desenvolvimento capitalista. E longe da crise da sociedade burguesa do início do século XX. Mas igualmente muito longe do mundo novo sonhado com a Revolução Socialista, mesmo com um operário na Presidência da República. ■

Trabalho:

UM CERTO ALÍVIO

Um acordo nacional e termos de conduta acertados em vários estados brasileiros procuram minimizar o sofrimento dos cortadores de cana-de-açúcar e garantir-lhes direitos básicos

por Rafael Hernandes

“É BOM, mas não é para todo mundo, entendeu? Não é trabalho de preguiçoso, tem de ser homem”. Quem fala, em tom jocoso, é o cortador de cana Reginaldo Barbosa Pereira, que já passou a maior parte de seus 34 anos de vida subindo e descendo os morros do acidentado relevo da região de Nazaré da Mata, município da Zona da Mata pernambucana, situado a 60 km da capital, Recife. Uma rotina desgastante, que Pereira repete desde os 12 anos, quando seu pai, também cortador, o levou para trabalhar pela primeira vez. Mais tarde, o pai se tornaria mais uma vítima do brutal esforço físico realizado diariamente ao longo de

décadas: morreu aos 58 anos, após uma crise aguda da hérnia inguinal, adquirida em serviço.

Para amenizar a sofrida labuta dos cortadores, garantindo ao menos condições mínimas de segurança, saúde e tratamento digno, foi firmado em junho o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, em cerimônia que reuniu o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, além de representantes de sindicatos de trabalhadores rurais e de empresas do setor. Pelo acordo, os donos das mais de 300 usinas de álcool e açúcar signatárias se comprometeram

voluntariamente a obedecer a uma série de medidas, a fim de garantir condições decentes aos trabalhadores.

Segundo o diretor de comunicação da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica), Adhemir Altieri, o objetivo foi valorizar as melhores práticas trabalhistas, acrescentando ao que já existe na legislação medidas mais abrangentes, já praticadas por algumas usinas. As discussões, que culminaram com a elaboração do pacto, começaram há cerca de um ano e foram coordenadas pela Secretaria-Geral da Presidência da República, que contou com a colaboração de vários ministérios.

Uma das principais proposições ▶

Joel Silva/Folha Imagem

do acordo é o estabelecimento da contratação direta e com registro em carteira como única forma aceitável. Explica-se: a terceirização, contratação feita por intermediários, é apontada como um dos maiores responsáveis pela precarização das relações de trabalho no setor. É aqui que entram em cena os chamados “gatos”, que recrutam trabalhadores e os põem para trabalhar nos canaviais, principalmente migrantes trazidos de regiões pobres de outros estados, aproveitando de sua inocência, medo e desconhecimento dos direitos trabalhistas, além do desamparo por estarem longe de seus lares. Esses atravessadores ficam com um percentual do salário dos trabalhadores, além de muitas vezes cobrarem por transporte, alimentação ou até pelos equipamentos de proteção – itens que, por lei, devem ser fornecidos gratuitamente pelo empregador.

ALOJAMENTOS PRECÁRIOS

Segundo o diretor de Políticas Salariais da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Pernambuco (Fetape), José Rodrigues, a maior parte dos alojamentos em que vivem os cortadores, outro direito previsto em lei, é mantida precariamente: “Há excesso de gente, não existe lugar para dormir, os banheiros não têm condições de uso, etc”. Para evitar essas situações, também foi decidido que a partir de agora as contratações de trabalhadores vindos de outras regiões devem ser feitas pelo Sistema Público de Emprego. E devem ser garantidos alojamentos em abrigos dignos, com padrões mínimos de higiene e cuidado.

Como o Compromisso Nacional é um acordo voluntário, não estão estipuladas punições aos participantes que descumprirem o estabelecido, além das já existentes na legislação em vigor para os faltosos com as obrigações trabalhistas. Aliás, diga-se, boa parte das medidas incluídas no pacto apenas reafirma o que diz a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a NR 31 (norma do Ministério do Trabalho que trata da saúde e segurança dos trabalhadores rurais) ou as Convenções Coletivas de Trabalho. Mesmo assim, as empresas que cumprirem o acordo receberão um selo ou certificado de qualidade, ainda a ser definido por uma comissão formada por representantes do governo federal,

empresas e trabalhadores.

Apesar da aparência de “mais do mesmo”, a esperança dos trabalhadores é que, na era do politicamente correto, os compradores do álcool e do açúcar nacionais, especialmente os do exterior, prefiram as empresas que têm o certificado. “As usinas farão isso para poder exportar, a questão comercial será um fundamento positivo que as fará respeitar os acordos”, diz, esperançoso, José Pereira Filho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nazaré da Mata, Tracunhaém e Buenos Aires.

Altieri reconhece que a imagem negativa do setor canavieiro fora do País foi um dos fatores que motivaram o início das discussões. Em certas ocasiões, diz ele, quando o presidente Lula discutiu a questão dos biocombustíveis no exterior, “foi confrontado com notícias vindas do Brasil de fiscalizações em determinados lugares que descobriram, na visão dos fiscais, alguma irregularidade”.

Em Pernambuco, estabeleceu-se um Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta (TAC), acertado entre

Ministério Público do Trabalho (MPT) e usinas locais, delineando práticas que deverão ser padrão para as empresas do setor. Diferentemente do Compromisso Nacional, o pacto pernambucano prevê multas para quem não seguir à risca o que foi determinado. Entre as medidas estão a aplicação de exames médicos aos trabalhadores admitidos e demitidos, além de outros periódicos; a garantia, nas frentes de trabalho, de instalação de banheiros, fornecimento de água potável e de locais para descanso e alimentação protegidos contra intempéries e o fornecimento de equipamentos de proteção individual. Cada item descumprido renderá 10 mil reais de multa ao usineiro.

Torna-se obrigatório também o fornecimento de meios de transporte seguros e de boa qualidade para os trabalhadores, de seus lares até as frentes de trabalho, medida que inclusive faz parte do acordo nacional. Trata-se de uma tentativa de reversão da situação que predominou por décadas (e que persiste em determinados locais), quando ônibus e caminhões sem condições de uso eram utilizados,

Rafael Hernandes



José Pereira (o quarto, da eq. para a dir.) com canavieiros: “há mais liberdade nas frentes de

causando transtornos pelos sucessivos defeitos mecânicos que, além de atrasos, provocam acidentes, alguns até fatais. Os veículos deverão ter local apropriado para a acomodação das ferramentas de trabalho separado dos passageiros, por serem elas outro fator causador de acidentes, como relata o cortador de cana Edmilson Caetano da Silva: “Houve uma vez um acidente em que o ônibus virou, os equipamentos voaram e os facões cortaram um monte de gente”.

O acordo pernambucano foi fechado após uma série de inspeções realizadas por uma força-tarefa do MPT e da Polícia Federal em usinas do estado, no mês de março, para evidenciar o descumprimento de vários itens constantes das legislações e normas em vigor. Segundo Alessandro Miranda, procurador do trabalho que atua no Programa Nacional de Promoção do Trabalho Decente no Setor Sucroalcooleiro, todas as usinas visitadas tinham irregularidades, tendo sido duas delas imediatamente processadas pela grave situação em que se encontravam. Resolvidos os problemas prioritários, o

MPT passou a negociar com todas as empresas para que se regularizassem por completo.

O caso de Pernambuco resultou de uma das diversas blitzes realizadas pelo MPT. A primeira delas ocorreu em Alagoas, no início do ano passado. Foram realizadas outras no Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Sergipe e em Mato Grosso. Provavelmente, a pior situação encontrada, conta Miranda, foi a de uma usina no Espírito Santo, onde foram resgatados 288 canavieiros. Recrutados em Minas Gerais, esses trabalhadores eram submetidos a várias situações irregulares, dentre as quais a chamada “corrida da marmita”: a empresa não fornecia comida suficiente para todos e, quando o caminhão que levava as refeições chegava, quem estivesse perto do local se alimentava, enquanto os demais tinham de recorrer à boa vontade de colegas ou passavam fome.

O resultado dessas fiscalizações foi uma enxurrada de ações contra usineiros e o fechamento de termos de compromisso similares ao pernambucano em

Alagoas e Sergipe. No Espírito Santo, deve ser feito procedimento semelhante. Os usineiros, no entanto, dizem que há exageros e excesso de mídia nas denúncias de problemas trabalhistas: “Nosso setor está no foco, aparece mais, mas não se pode dizer que são práticas espalhadas pelo setor, que é o que se faz desaparecer”, diz Altieri. Para Renato Cunha, presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e Alcool (Sindaçúcar-PE), a situação em seu estado não é grave e o TAC só foi assinado para “balizar a conduta das usinas daqui para frente”. Ele admite a existência de “falhas”, mas afirma que “hoje, a qualidade das condições de trabalho aqui se assemelha a qualquer trabalho da construção civil, inclusive das zonas urbanas”.

AFERIÇÃO PRÓ-PATRÃO

Os sindicatos admitem mudanças para melhor na situação dos trabalhadores nas últimas décadas. Segundo José Pereira, algumas medidas do termo assinado em Pernambuco já vinham sendo cumpridas, como locais apropriados para descanso e alimentação e transporte de qualidade. Da mesma forma, dizem que a vigilância ferrenha e armada sobre os trabalhadores, comum no passado, praticamente desapareceu. Além disso, os sindicalistas têm mais liberdade para visitar os canaviais. Isso teria diminuído muito os casos de violência física, comuns até há alguns anos. “Mas ainda existem muitos problemas”, diz, citando usinas que não disponibilizam banheiros nas frentes de trabalho. José Pereira chama a atenção também para os problemas relacionados à medição da produção, motivo de contínua desconfiança, uma vez que os cortadores ganham de acordo com a quantidade de cana que cortam diariamente. A cada três toneladas cortadas eles recebem uma “diária”, como é chamado o pagamento, equivalente a 14,73 reais. Se atingem seis toneladas, o equivalente a duas “diárias”, recebem o dobro, e assim por diante. Ou seja, os cortadores ganham menos de 5 reais para cada tonelada de cana colhida!

A reclamação recorrente entre eles é a de que a aferição é sempre feita de forma incorreta, até mesmo sem o uso de balanças. Resultado: sempre que o sindicato recebe uma denúncia e vai às frentes aferir a produção, o peso da cana cortada é maior do que o indicado pelos patrões. Pereira também reclama das ▶



trabalho”, mas muitos problemas ainda persistem na Zona da Mata pernambucana

exigências cada vez maiores com o intuito de aumentar a produtividade: “As empresas agora só querem trabalhadores que produzam o correspondente a, no mínimo, 1½ ou 2 diárias por dia. Assim, conseguem tirar a safra com mais rapidez, em seis meses ou até menos”, diz.

Para os trabalhadores isso significa esforço físico excessivo. Estudo coordenado pelo pesquisador Erivelton Fontana de Laet, da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), em 2007, apontou que um cortador de cana desfere em média 4 mil golpes de facão por dia, além de flexionar outras 4 mil vezes a coluna. “Seus problemas de saúde são os mesmos a que estão sujeitos atletas de alto desempenho”, diz Laet, apontando como principal fator de risco a sobrecarga na atividade cardiorrespiratória – 6 entre cada 10 trabalhadores analisados ultrapassaram o limite tolerável à saúde, chegando a até 200 batimentos cardíacos por minuto. O risco é maior quando sabemos que eles não têm nem de longe a mesma preparação nem o mesmo respaldo médico dos atletas.

A QUESTÃO DA ENTRESSAFRA

Rodrigues reconhece que essa situação não é fácil de ser mudada, uma vez que “os trabalhadores querem ganhar mais, não querem se limitar a apenas uma diária, e às empresas interessa ter menos contratados, mas produzindo mais”. Por isso, quase não há reclamação dos trabalhadores quanto ao esforço excessivo. O cortador Reginaldo, que diz que seu trabalho não é para “qualquer um”, acha que há um problema ainda maior, que nenhum dos acordos abordou: o do desemprego na entressafra. A grande maioria dos canavieiros é contratada apenas para a época do corte da cana-de-açúcar, que dura de 6 a 7 meses, permanecendo o restante do ano sem emprego, sobrevivendo de serviços esporádicos, os “biscates”, ou até pedindo dinheiro. “Para melhorar a nossa situação, tinha de ter um seguro-desemprego, porque a gente passa 6 meses desempregado. Isso melhoraria 100% para os trabalhadores rurais”, diz.

O sindicalista Rodrigues concorda, mas lembra que a lei federal não concede seguro-desemprego para trabalhadores temporários. Outra solução seria o desenvolvimento da economia na zona canavieira, com a diversificação de culturas, para que, quando a safra da cana se en-



Rodrigues: não há seguro-desemprego para trabalhadores temporários

cessasse, houvesse alternativas. Até hoje, no entanto, a cana continua dominando de forma absoluta a paisagem da Zona da Mata pernambucana. Para minimizar o problema, o governo de Pernambuco iniciou, há três anos, um programa de ajuda, denominado “Chapéu de Palha”, beneficiando cerca de 20 mil famílias. Durante os meses de entressafra, os trabalhadores de 52 municípios canavieiros cadastram-se e passam a receber uma ajuda financeira de até R\$ 232,50 por mês. Como contrapartida, devem participar de ao menos uma das atividades ofere-

cidas pelo poder público, como cursos profissionalizantes, de alfabetização e reforço escolar ou trabalhar em atividades designadas, como plantio de mudas para recuperação da mata ciliar degradada.

O projeto, no entanto, não é novo: iniciou-se durante o terceiro mandato de Miguel Arraes no governo do estado (1995-98) e perdurou até o final, sendo interrompido por Jarbas Vasconcelos (1999-2006). Para a entressafra 2009, o projeto foi ampliado e passou a ajudar famílias da região do Vale do São Francisco, ligadas à fruticultura. ■

A hora da mecanização

Em alguns estados, a queima da palha será proibida, abrindo caminho para o uso das máquinas. E para a redução dos empregos

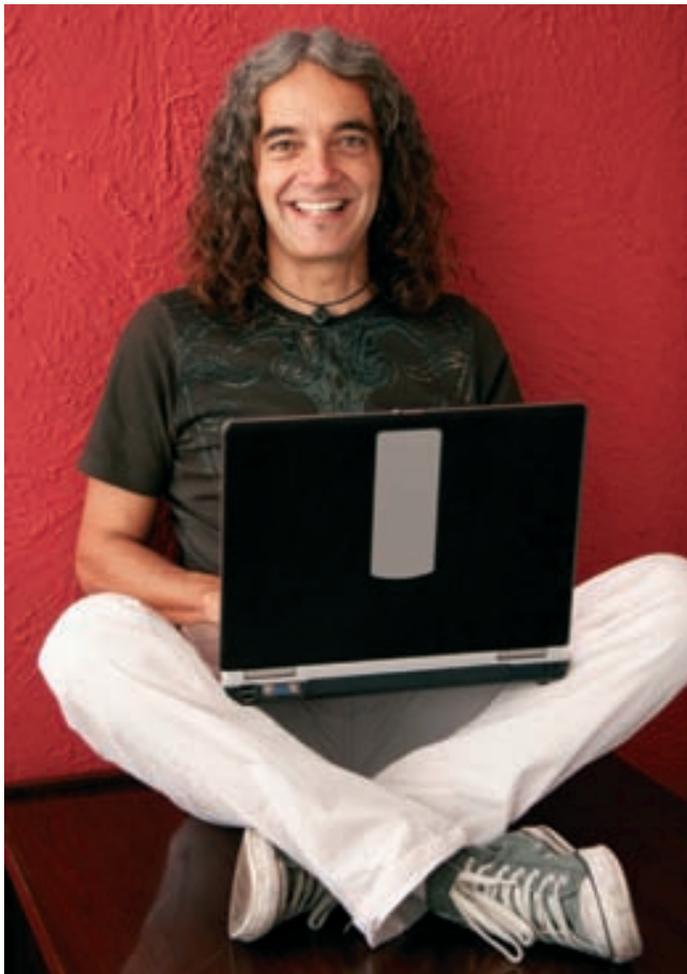
NOS últimos anos, estados como Goiás, Minas Gerais e São Paulo assinaram acordos para pôr fim à tradicional queima dos canaviais, realizada antes das colheitas. A medida tem caráter ecológico e visa diminuir emissões indesejadas, principalmente de monóxido de carbono. Ocorre que elas são necessárias ao trabalho dos cortadores. “Você precisa queimar as folhas da cana para permitir o corte manual. Sem queimar a palha, a pessoa não consegue entrar no canavial e cortar, seria um trabalho pesado demais”, diz Altieri.

A proibição obriga à mecanização da colheita e ao desafio expresso no Compromisso Nacional de encontrar um modo de requalificar e realocar os trabalhadores que perderão o emprego, não só nesses estados, mas em toda a região Centro-Sul do

País – no Nordeste, a topografia acidentada praticamente impossibilita o corte mecanizado.

O governo federal deve ajudar na requalificação. Da mesma forma, a Unica, maior sindicato de produtores de açúcar e etanol do país, anunciou um projeto para a educação de 7 mil trabalhadores/ano, para torná-los aptos tanto a continuar no setor canavieiro mecanizado como a mudar para outros setores da economia.

Antônio Lucas, no entanto, aponta o poder público como grande responsável por oferecer a qualificação e diz que deve haver capacitação para os trabalhadores que estão perdendo o emprego “tanto para seguir no campo, dentro da mecanização, como também para o trabalhador que queira se capacitar em alguma função para trabalhar na cidade”.



Fernando Cavalcanti

MUITO ALÉM DO LINUX

Marcelo Branco, do Fórum Internacional Software Livre, diz por que o evento incorporou temas como a liberdade na internet e fala da construção de uma nova agenda pós-capitalista

por **Antônio Martins**

ALGO NOVO marcou a décima edição do Fórum Internacional Software Livre (FISL), um encontro que reúne todos os anos, em Porto Alegre, milhares de programadores, ativistas do universo Linux e estudantes. Entre 24 e 27 de junho, esse público assistiu, como de costume, a dezenas de palestras técnicas e lotou auditórios onde brilharam ícones da programação em código aberto, como Richard Stallman.

As grandes atrações, no entanto, foram algo que transcende o mundo um tanto nerd dos criadores de softwares. Ninguém foi tão requisitado para falas, entrevistas e autógrafos quanto o sueco Peter Sunde, de 31 anos. Membro do coletivo Pirate Bay, bissexual e praticante do veganismo, ele está sendo processado em seu país, num julgamento que alcançou repercussão internacional, por manter um dos sites de compartilhamento de música e vídeos mais populares da internet.

Isso porque o tema que dominou os debates políticos no FISL 10 relaciona-se às novas formas de circulação do conhe-

cimento e da cultura. Inúmeras atividades debateram o projeto de lei por meio do qual o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) pretende monitorar e restringir a troca de conteúdos digitais pela rede. Presente ao ato que encerrou o fórum e visivelmente sensibilizado pelo evento, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva condenou de forma explícita a proposta.

O gaúcho Marcelo Branco é o personagem carismático que ajudou a articular, num único evento, temas que nem sempre andam juntos. Ele está ligado ao FISL desde seu início, em 2000. À época, respondia pela vice-presidência da empresa de processamento de dados do Rio Grande do Sul – a Procergs. O ativismo de Branco vem de longe. Nos anos 1990, ele foi, como sindicalista, um dos líderes da luta contra a privatização da estatal brasileira de telecomunicações – a extinta Telebrás. Na última década, transitou entre Europa e Brasil, colaborou com Manuel Castells e ajudou a implantar políticas de difusão do software livre em diversos governos

regionais espanhóis. No ano passado, assumiu a coordenação geral da Associação do Software Livre (ASL), a ONG que se tornou, desde 2002, responsável pela organização do FISL.

Na entrevista a seguir, Branco expõe suas ideias sobre a emergência das redes e o futuro da internet e sobre a necessidade de mantê-las sem vigilância.

Retrato do Brasil Dez anos depois de ter ajudado a lançar o FISL 1, você voltou a Porto Alegre para organizar a décima edição do evento. Qual o balanço dessa iniciativa?

Marcelo Branco O FISL 10 foi o maior e melhor de nossos fóruns. Reuniu cerca de 10 mil pessoas, que participaram de dezenas de conferências, com centenas de palestrantes, muitos deles internacionais. Politicamente, o ganho é maior. O evento marcou um momento de aglutinação das forças que, ao defenderem a liberdade na internet, procuram abrir espaço para formas livres e não mercantis de circulação da informação, do conhecimento, dos bens ▶

culturais. Valorizou o software livre, mas foi além dele. Tratou de uma das disputas centrais da conjuntura crucial e cheia de alternativas que vivemos.

RB Por que você vê a luta pela livre circulação de informações como algo tão central politicamente?

MB A possibilidade de desintermediar as relações sociais pode abrir uma nova etapa civilizatória, mas seu sentido ainda é incerto. Os espaços para a articulação direta entre os seres humanos, sem as condições, limites e barreiras impostos pelo capital, estão se multiplicando. Há muito tempo, falávamos em associações produtivas diretas entre trabalhadores, mas não havia meios tecnológicos para fazê-lo com rapidez e em grande escala. Esses meios são oferecidos agora pela internet. A desnecessidade do capital aparece de forma ainda mais nítida em setores como a antiga indústria cultural, ou do copyright. Há alguns anos, uma banda de músicos que quisesse se tornar conhecida precisava dos serviços de uma gravadora para ter acesso a estúdios, prensar discos, levá-los às lojas, fazer publicidade. Hoje, todos esses papéis podem – e o são, em muitos casos – ser realizados pelos próprios músicos, inclusive porque a digitalização afundou os preços dos equipamentos. É um sintoma de relação social em que o capital está se tornando, simplesmente, obsoleto.

Porém, sozinhas, essas condições não asseguram o surgimento de uma sociedade melhor. A condição democrática não é algo explícito, ou necessário, na rede. A internet pode ser usada igualmente para controle social. É por isso que, na disputa pelos rumos da rede, tem enorme importância na própria definição dos sentidos do século XXI. Não por acaso, o tema central do FISL deste ano foi “Liberdade. Contra o controle e a vigilância na internet”.

RB A tecnologia, por si mesma, nunca foi capaz de promover transformações sociais. Que disputas políticas se dão em torno desses desenvolvimentos técnicos?

MB São batalhas de enorme intensidade. O capital investe desesperadamente contra compartilhamento de cultura e conhecimento porque é algo que ameaça o território sagrado da propriedade privada. Milhares de pessoas, entre elas crianças e adolescentes, são processadas neste exato momento pela indústria fonográfica, por julgarem que têm direito de compartilhar bens culturais sem ter de pagar por isso.

Se o movimento resiste e avança, é por expressar um direito do qual as pessoas não estão dispostas a abrir mão.

Os últimos anos foram marcados por enormes avanços democratizadores. Desde que a internet passou da fase “pontocom” para a 2.0, têm sucesso as iniciativas que promovem o compartilhamento, a desmercantilização, a colaboração. Estamos vivendo o início da época das redes sociais, a qual multiplica a potência e a autonomia dos grupos articulados e capazes de gerar inteligência coletiva. Há cerca de um ano, no entanto, teve início um contra-ataque. Alguns de seus símbolos são a lei de restrição à internet na França, aprovada por proposta e pressão do governo Sarkozy, mas derrubada em seguida pelo tribunal constitucional; o processo contra o grupo sueco Pirate Bay, cujo site facilita a troca de arquivos digitalizados, e, no Brasil, o projeto de lei do senador Eduardo Azeredo, que, a pretexto de combater a pedofilia e os crimes bancários, permite criminalizar o compartilhamento de cultura e conhecimento.

“A condição democrática não é explícita nem necessária na internet”

É um ataque violento e combinado. Nele, estão envolvidos três agentes fundamentais. Um são as empresas dominantes em setores em que o capital está se tornando rapidamente obsoleto, como as indústrias fonográfica e cinematográfica. Outro são os segmentos dos Estados mais ligados à repressão, controle social e vigilância. São eles que procuram associar troca de arquivos digitais com “terrorismo”. Fato emblemático: a Convenção de Budapeste, na qual se armou a ofensiva desencadeada agora contra a liberdade na rede, foi firmada dois meses após os atentados de 11 de setembro de 2001, num momento político marcado pelo medo. O Brasil não está entre os cerca de 40 países signatários. Por último, a velha mídia, que ideologicamente não consegue conceber relações sociais pós-capitalistas e cujos

interesses oligopolíticos são diretamente afetados pela emergência da blogosfera.

RB Nesse cenário, qual a importância do discurso em que Lula condenou, no ato de encerramento do FISL, o projeto de Azeredo?

MB Compartilho de todas as análises que ressaltam as ambiguidades decorrentes do caráter heterogêneo do governo Lula. Mas a sensibilidade do presidente para a mobilização social é algo que deve fazer parte de nossas equações políticas. No FISL, ele sentiu claramente o clima. Lula encampou a luta da sociedade civil, resolvendo a contradição que persistia no governo até há pouco. A Polícia Federal esteve sempre ao lado do projeto Azeredo. O Ministério da Justiça abriu canais de diálogo, mas tentava uma conciliação impossível.

Esse gesto se tornou viável, também, porque a própria sociedade civil, na defesa de seus direitos, combinou intransigência com equilíbrio. Não somos contra a existência de leis para regular a internet, nem a favor de complacência com os crimes digitais. Propomos que o Estado participe das regulações necessárias ao fluxo das relações no mundo digital. Mas queremos que isso se dê não a partir do prisma da repressão – como ocorre na proposta do senador Azeredo –, mas dos direitos. Foi isso o que o presidente propôs ao ministro Tarso Genro, durante o FISL, numa reunião conjunta entre membros do governo e da sociedade civil. É uma postura que coloca o Brasil em posição de vanguarda.

RB Por que, além da direita, certos setores da esquerda parecem desconcertados diante da emergência de relações que permitem a desintermediação?

MB Vivemos uma transição delicada. As novas tecnologias criam condições para desintermediar também as relações políticas. Não quero fazer projeções para o futuro, mas observo que, hoje, defender uma causa qualquer é uma opção que dispensa adesão a um partido político. Novas redes de mobilização social, em favor de objetivos específicos, vão se multiplicando a cada instante.

Ao contrário do que sustenta a crítica conservadora, elas não são apenas virtuais. Produzem efeitos concretos, dos quais há exemplos abundantes: a campanha contra a lei Azeredo; a derrubada do governo Aznar, em 2004, na Espanha; a denúncia da invasão do Líbano por Israel, em 2006; a avalanche em favor de Barack Obama;

a persistente mobilização dos iranianos contra o fundamentalismo do governo Ahmadinejad.

No universo político e sindical da esquerda, muitos resistem a compreender essa transformação. Essa resistência conservadora está na origem das críticas endereçadas a novidades políticas como o Fórum Social Mundial. O curioso é que as redes provocam desorientação semelhante também no terreno do capital. Grandes empresas, como a Google, nascem e se agigantam num piscar de olhos, porque são sensíveis ao desejo de comunicação e de desierarquização presente na sociedade. Outras vão se adaptando à mudança. Oracle, Sun, UOL e Itautec estão presentes e atuantes no FISL 10. Mas setores como a indústria do copyleft atacam com virulência a nova lógica.

RB Um dos desdobramentos principais da internet se dá na mídia. Que perspectivas você vê para a Conferência Nacional de Comunicações, convocada para dezembro próximo?

MB Estou muito preocupado: temo que corremos o risco de perder uma grande oportunidade. Com relação à conferência,

penso que duas posturas são ineficazes ou insuficientes. A primeira é denunciar o conteúdo da mídia de massas, como se fosse possível esperar dela profundidade ou posturas democráticas. A segunda é supervalorizar as concessões públicas do espaço radioelétrico, hoje dominadas por alguns grandes grupos, em associação com famílias oligárquicas ou caciques políticos regionais. Esses pontos, de enorme importância no século passado, estão perdendo sentido aceleradamente. Se até os grupos de mídia mais contemporâneos e especialmente o público estão migrando para a internet, que efeito terá, em dez ou quinze anos, redistribuir os canais de rádio ou as estações de TV?

Enxergo uma agenda alternativa. Nela, as batalhas que marcaram a luta pela democracia midiática nas décadas anteriores não desaparecem. Mas o centro da disputa migra para a difusão da cultura digital. Livre-circulação de conhecimento e de bens imateriais na rede. Acesso público e gratuito à internet, em banda larga. Formação conceitual, técnica e tecnológica para uso das novas mídias. Políticas públicas novas para realidades, demandas e desejos inéditos.

Mais sobre temas da entrevista

■ Para conhecer em detalhes a programação do FISL, um curioso amálgama de atividades técnicas e políticas, visite www.fisl.org.br/10/www/festival-de-cultura-livre

■ O Pirate Bay, considerado por muitos o mais popular site de compartilhamento de músicas, vídeos e outros conteúdos digitais da atualidade, pode ser acessado em thepiratebay.org

■ Uma excelente fonte de informações sobre o projeto do senador Eduardo Azeredo, para controle e vigilância da internet, é o blog coletivo Trezentos (www.trezentos.blog.br), em especial no espaço de Sérgio Amadeu: (www.trezentos.blog.br/?author=1)

■ O vídeo do ato de encerramento do FISL, com o discurso em que Lula rejeita o projeto de lei do senador Eduardo Azeredo, está em www.youtube.com/watch?v=QBE1Ux-saqA

Lula no FISL 10: o presidente condenou a proposta de cercear o compartilhamento de arquivos digitais

Cristiano Sant'Anna/indicefoto.com



Crise:

UMA SAÍDA À OBAMA

Ele impôs aos trabalhadores e ao patronato sua solução para a gigantesca crise do setor automobilístico dos EUA. Aqui, apresentamos uma visão diferente do problema. E outro tipo de desfecho

por Herman Rosenfeld

O ARTIGO que se segue a esta apresentação, publicado na edição de junho da revista mensal americana *Monthly Review*, foi escrito no início do mês anterior, quando a montadora de automóveis Chrysler entrou com um pedido de falência negociada na justiça e logo depois de o presidente americano, Barack Obama, demitir o então presidente da General Motors (GM), Rick Wagoner. O executivo daquela que já foi tida como a maior empresa do mundo foi um dos principais personagens no processo de negociações que envolveu, desde o início da fase aguda da crise da indústria automobilística, em meados do ano passado, o governo americano, o patronato e o Sindicato dos Trabalhadores Automobilísticos Americanos (UAW, na sigla em inglês), o maior ramo da organização de trabalhadores do setor automotivo da América do Norte.

A demissão de Wagoner foi um símbolo, diz Herman Rosenfeld, o autor do texto. Com esse fato, diz ele, o novo presidente dos EUA mostrou que iria fazer valer o peso do Estado, com o respaldo da justiça americana - por meio do processo das falências negociadas -, para forçar tanto os dirigentes, proprietários e credores da indústria como os trabalhadores a fazer maiores concessões do que as feitas até então, com vistas a criar uma solução para a crise. Os acontecimentos dos meses

seguintes lhe deram razão. Em 1º de junho, a nova administração da GM seguiu os passos da Chrysler e entrou em processo de falência. Por trás das duas negociações, estava a promessa de liberação de algumas dezenas de bilhões de dólares do Tesouro americano por meio de investimentos e empréstimos para as empresas. E pairava a ameaça de que se as condições não fossem aceitas, o governo deixaria que elas fossem liquidadas, pelo que os empresários ficariam sem o dinheiro do Estado e os trabalhadores perderiam seus empregos. Em 10 de julho, a justiça aprovou a criação da Nova GM, controlada em comum acordo por todas as partes envolvidas. O artigo de Rosenfeld analisa a crise da indústria automobilística norte-americana do ponto de vista dos trabalhadores - agora, também transformados em "patrões" na nova empresa.

Rosenfeld foi operário na linha de montagem e representante sindical eleito em fábrica da General Motors, no Canadá. Aposentou-se como dirigente no setor de educação do Sindicato dos Trabalhadores Automobilísticos Canadenses (CAW, na sigla em inglês), considerado uma dissidência esquerdista do UAW. Hoje, é instrutor no Departamento de Estudos Trabalhistas da McMaster University, daquele país. A seguir, seu texto, que, devido a problemas de espaço, está resumido em certas passagens.

A **ATUAL** crise financeira delimita uma série de mudanças na história da indústria automobilística norte-americana. Primeiramente, as chamadas “Três Grandes” da indústria automobilística global, GM, Ford e Chrysler, foram reduzidas às “Três de Detroit”. Tendo sido outrora o símbolo mundial da produtividade e do consumismo americano, elas agora estão à beira da falência e, nesse processo, levantam grandes dúvidas sobre o declínio mais amplo da indústria manufatureira americana. Em segundo lugar, os sindicatos de trabalhadores no setor automobilístico, que já foram também emblemáticos das conquistas dos trabalhadores dentro do sistema capitalista, têm sido reduzidos tão somente à tarefa de fazerem *lobby* para salvar “suas” empresas. É uma tendência que se arrasta há décadas: as negociações coletivas deslocaram o foco da discussão – se antes as demandas eram dos trabalhadores, agora são exigências para os trabalhadores. Isso evidencia a crise mais ampla do trabalho: se o trabalho, em si mesmo, não consegue encontrar uma maneira de se renovar, corre o risco de se tornar irrelevante. E, em terceiro lugar, as questões ambientais – negligenciadas pela indústria e ignoradas pelos sindicatos – parecem ter forçado sua própria agenda.

ALÉM DA CRISE

Todas as partes envolvidas estão prestes a enfrentar tanto as ameaças quanto as oportunidades criadas por este momento histórico. Os problemas das empresas automobilísticas americanas precedem e vão além desta crise. Estão enraizados em determinadas escolhas estratégicas feitas por elas em busca de lucros, nos desiguais impactos e fracassos do processo de privatização do Estado do Bem-Estar Social norte-americano, na dinâmica destrutiva – para os trabalhadores e suas comunidades – da intensificada concorrência global que agora caracteriza o capitalismo e no excesso de capacidade instalada da indústria.

Os sucessos dos sindicatos automobilísticos no pós-guerra e o estilo de vida de classe média conquistado por eles são coisas do passado. As estratégias sindicais, durante esses anos, foram aplicadas em detrimento da construção de uma política de capacitação da classe trabalhadora a longo prazo, dentro e fora dos sindicatos. Não contribuíram para o desenvolvimento da capacidade de os trabalhadores coletivamente

questionarem o poder e o controle dos empregadores no local de trabalho, nem para a construção de um amplo movimento contra toda a classe patronal nos campos político e social. Quando as condições mudaram, os custos dessa negligência se explicitaram na necessidade de os sindicatos precisarem melhorar a situação de suas empresas. E isso levou a um beco sem saída.

A atual crise do neoliberalismo não representa uma grande vitória para os trabalhadores. Esse revés da ideologia vigente marca, de fato, uma importante abertura política. Mas a essência das práticas neoliberais, tanto as do Estado como as das empresas, persistem. Isso ficou claro nas pressões feitas sobre os trabalhadores da indústria automobilística para que se conformassem às “realidades do mercado” e também no

últimato, de 30 de março último, do presidente Obama, para que fossem feitas novas concessões.

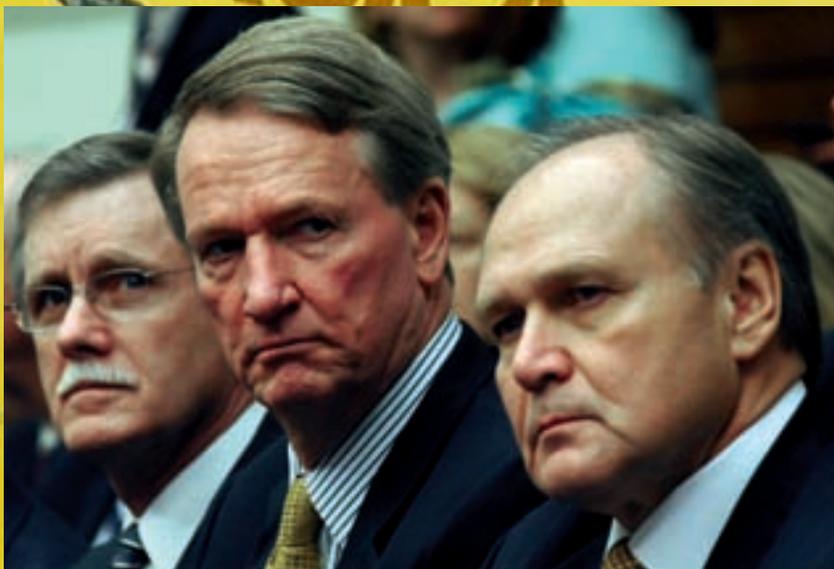
O desafio atual não se centra em como salvar as empresas. Mas em como salvar nossa capacidade produtiva e nossas comunidades. Apenas uma mudança no paradigma de definição do problema pode nos direcionar eficazmente às necessidades imediatas. Isso inclui não somente as necessidades daqueles que permanecerão nas Três de Detroit, mas também as das dezenas de milhares de trabalhadores já demitidos e as dos outros milhares que também o serão em virtude da “bem-sucedida” reestruturação que está sendo planejada. E isso deve ser feito de forma que se construa a independência dos trabalhadores e se amplie suas capacidades, criando possibilidades de um futuro melhor. ▶



A falência negociada da GM: na Casa Branca, em 1º de junho, Obama fala da operação e, no mesmo dia, a empresa entra com o pedido na justiça

FALÊNCIA CIRÚRGICA

AFP PHOTO / TIM SLOAN/Getty Images



A falência cirúrgica da Chrysler, modelo para a solução aplicada à GM, resultou de processo iniciado no governo Bush e que já havia unido o sindicato dos trabalhadores e as montadoras. Acima, Ron Gettelfinger, presidente do UAW, Richard Wagoner, então presidente da GM, e Robert Nardelli, presidente da Chrysler, durante depoimento ao Comitê de Serviços Financeiros da Câmara dos Representantes dos EUA em novembro do ano passado

A Chrysler, considerada inviável, foi reconstruída com base num modelo já aplicado às demais companhias, que exigiu mais concessões dos trabalhadores e os transformou em “controladores”

O COLAPSO dos mercados de crédito atingiu todas as montadoras automobilísticas e seus fornecedores. A quebra dos mecanismos de financiamento das compras acarretou um declínio massivo das vendas. A recessão é um desafio de curto prazo para as empresas automotivas japonesas e europeias, mas disparou um alerta de sobrevivência para as Três de Detroit. A GM perdeu 30,9 bilhões

de dólares em 2008. No quarto trimestre do ano, as perdas foram de 39%, na ordem de 9,6 bilhões de dólares. Isso propagou imensos prejuízos na América do Norte e no resto do mundo e abriu um rombo nas reservas monetárias da companhia. A GM fechou o ano de 2008 com cerca de 14 bilhões de dólares em caixa – aí incluídos 4 bilhões de dólares emprestados pelo governo. O valor está próximo ao montante mínimo considerado necessário para que a empresa possa financiar suas operações. Os números alcançados foram semelhantes para a Chrysler e a Ford.

Impossibilitadas de obterem crédito nos mercados privados que estão em crise, tanto a GM como a Chrysler requisitaram e receberam, sob condições,

garantias de empréstimos dos governos americano e canadense. A Ford hipotecou seus ativos para conseguir uma linha de crédito. Os EUA emprestaram, inicialmente, 17,4 bilhões de dólares para a GM e Chrysler, que pediram ainda mais. Os governos do Canadá e de Ontário prometeram 3 bilhões de dólares, além de isenções tributárias diversas.

Para avaliar esses empréstimos, o Congresso americano, cujos representantes estavam em fim do mandato, ainda no governo do presidente George W. Bush, impôs um conjunto de condições para as empresas e atacou frontalmente os interesses dos trabalhadores. As empresas foram forçadas a apresentar planos formais de reestruturação, que deveriam incluir corte de custos, racionalização de operações e alteração na oferta dos produtos. Esses planos estariam sujeitos à aprovação pelo novo governo no final de março de 2009. A GM prometeu cortar três de suas oito marcas, fechar mais cinco fábricas nos EUA e encerrar ainda outros 47 mil postos de trabalho, mundialmente, até o final de 2009 – que contabilizam cerca de 19% de sua força de trabalho, sendo 26 mil de fora dos EUA e os demais no próprio país. A GM do Canadá pediu 7,5 bilhões de dólares ao governo federal e ao provincial de Ontário. Embora tenha prometido não anunciar novos fechamentos de fábricas canadenses, a GM divulgou plano de reduzir os efetivos no país a 7 mil trabalhadores em 2010. Em 2005, a GM do Canadá empregava 20 mil pessoas.

As exigências feitas aos trabalhadores foram duras: o UAW teria de equiparar salários, benefícios e condições de trabalho aos praticados pela Honda, Nissan e Toyota nos EUA. Essa equiparação deveria ser aplicada também no Canadá, pelo CAW. Além disso, pelo menos metade das contribuições ao

novo fundo para tratamento de saúde e aposentadorias administrado pelo sindicato norte-americano (Veba, na sigla em inglês) teria de assumir a forma de ações da companhia, agora desvalorizada e fragilizada. A exigência era a de que os trabalhadores deveriam “vir para a mesa de debates”, deveriam se portar como sócios, controladores da empresa. Claro que os demais acionistas não enfrentam as mesmas ameaças à sua saúde, renda ou sobrevivência econômica. Pelo menos 80% dos títulos das empresas automobilísticas estão em mãos dos *hedge funds*, fundos financeiros especulativos, de proprietários imensamente ricos. A demanda pela equalização das condições dos trabalhadores sindicalizados às dos trabalhadores das fábricas estrangeiras instaladas nos EUA, as chamadas *transplants*, era nada mais do que um desafio aberto à própria sindicalização.

MAIS CONCESSÕES

O governo Obama rejeitou os planos iniciais de reestruturação da GM e da Chrysler. Tomando decididamente as rédeas do processo, a fim de moldar a reestruturação, o novo governo exigiu que a GM demitisse seu principal executivo e presidente, Rick Wagoner, e se engajasse em um “plano mais agressivo de reestruturação”, que incluiria mais concessões por parte dos trabalhadores e dos investidores, visando tornar a empresa mais competitiva diante das *transplants*. Foram concedidos sessenta dias para que a GM apresentasse um novo plano de reestruturação. E ela foi advertida de que, se não fizesse jus às condições impostas para a concessão da ajuda, estaria sujeita ao que Obama chamou de processo “controlado” de falência. Em sua primeira declaração à imprensa, o novo presidente da GM confirmou aquilo que analistas financeiros já haviam notado: que a submissão ao processo de falência era o “mais provável”. Tal processo permitiria, entre outras coisas, que o juiz suspendesse pensões, benefícios e todos os direitos contratuais dos trabalhadores.

A Chrysler foi considerada como “inviável para sobreviver autonomamente”, tendo sido sugerida sua parceria com a Fiat. Foi dado a ela capital suficiente para operar por trinta dias para organizar e consumir a fusão, também na perspectiva de um processo de falência controlada. O governo federal canadense

e o provincial de Ontário rapidamente exigiram mais concessões do CAW.

E o que significa esse processo? Obama e sua comissão automobilística decidiram usar o poder do Estado capitalista para impor uma solução totalmente em sintonia com os princípios neoliberais. A indústria automobilística será modelada pelos métodos de eficiência e enxugamento das *transplants*: serão competitivas, máquinas de produzir lucros, e terão fracós, ou até não terão, sindicatos. O setor financeiro continuará com o papel dominante de decidir sobre as prioridades. E a procura por rentabilidade a curto prazo, sem investimentos de longo prazo e aquisição de novas – e caras – tecnologias, se dará em detrimento das questões ambientais.

SEM MUDANÇA DE FUNDO

O governo está usando seu poder para obrigar os relutantes investidores a aceitar enormes descontos nos seus empréstimos às companhias em nome dos interesses mais amplos da classe capitalista. Está usando também a ameaça de liquidação das companhias para forçar os trabalhadores a aceitar mais demissões e reduções salariais, de benefícios e de direitos de pensão. A proposta do governo implica aumento da carga horária e deterioração das condições de trabalho. A demissão de Wagoner foi decidida com o intuito de amainar a crescente indignação de muitos americanos diante dos gananciosos executivos do setor financeiro. Mas não significou, verdadeiramente, mudanças fundamentais. Apenas reforçou o poder disciplinador dos interesses de Wall Street. Assim, fazendo parecer que está sendo tão duro com os investidores como com o UAW, o governo mantém uma fachada de equidade nos seus atos – mesmo que tais atos acabem fazendo os trabalhadores pagarem a conta, vendo deterioradas suas condições de vida e suas pensões.

Diante da falta de mobilização e de luta de seus sindicatos, os trabalhadores norte-americanos ficaram desorientados, desmobilizados e assustados. Tanto o UAW como o CAW estavam comprometidos por concessões anteriores. E os movimentos trabalhistas mais amplos de ambos os países não foram capazes de articular reais enfrentamentos ao neoliberalismo. Isto fortaleceu os empregadores e o próprio Estado nas suas exigências

sobre os trabalhadores. Os sindicatos aceitaram os termos das demandas feitas e impuseram condições mínimas.

No momento da elaboração desse artigo – início de maio – a Chrysler havia sido submetida a uma “falência cirúrgica”, depois que, apesar das frenéticas concessões, o pacote de salvamento ficou aquém do esperado. A nova negociação que se seguiu, no processo de falência, incluiu previsões de mais demissões e fechamento de fábricas. Os governos americano e canadense transformaram 15,5 bilhões dos empréstimos já feitos em 10% de ações da empresa (8% por cento do governo dos EUA e 2% do governo do Canadá). A Fiat terá entre 20% e 35% da companhia e o UAW terá 55% da empresa na forma de ações para seu Veba, cujos rendimentos serão destinados a pagar os custos médicos dos aposentados, excetuados os benefícios odontológicos e oftalmológicos, dos quais os trabalhadores abriram mão. Um grupo de investidores, contudo, se recusou a trocar seus desvalorizados créditos por ações. O novo grupo dirigente da Chrysler incluirá três membros do Tesouro americano, um do governo canadense, outro do fundo do UAW – sem direito de voto independente – e três da Fiat.

Esta decisão foi precedida de numerosas e recorrentes concessões, tanto por parte do UAW como do CAW, as quais subverteram, radicalmente, o tradicional pacote de direitos conquistados por esses sindicatos ao longo dos anos. Os sindicatos, em seguida, foram obrigados a se voltar para uma nova rodada de concessões, dessa vez para a GM e a Ford, numa perversa versão de negociação-padrão.

Os acertos para a falência negociada da Chrysler foram um modelo para os acertos a serem feitos com a GM. Em ambos os casos, a ilusão da participação do sindicato e de sua propriedade parcial da empresa esconde o fato de que os salários, benefícios, condições de trabalho e pensões são relegados a segundo plano, já que os trabalhadores ficarão reféns da necessidade de aumentar o retorno dos “seus” investimentos na empresa, bem como da responsabilidade de pagar pelos cuidados de saúde de seus próprios aposentados. ▶

TRANSPLANTS E MAIS-VALIA

As montadoras estrangeiras instaladas nos EUA, a enorme capacidade instalada e o voraz apetite para obter lucro colocam em risco a sobrevivência das Três de Detroit

Spencer Platt/Getty Images



UM ELEMENTO-CHAVE é a dependência dos trabalhadores das negociações de planos de pensões e seguro social privados, partes do chamado “Estado do Bem-Estar privado”. A fraca rede pública americana de segurança social e o sistema de seguros de saúde privatizado, de base patronal, reforçaram algumas vantagens estruturais das *transplants*. Elas têm trabalhadores mais jovens e, inegavelmente, menores “custos de legado”, que são custos do pagamento das pensões e dos cuidados de saúde para os aposentados. A GM possui cerca de cinco aposentados ou cônjuges sobreviventes para cada traba-

lhador ativo em suas fábricas nos EUA. A Toyota, por sua vez, tem apenas cerca de trezentos aposentados em todas as suas atividades nos EUA.

Mesmo no Canadá, os custos das pensões são um problema. Apesar de o sistema ter o Estado como “pagador único” dos planos de saúde e, assim, limitar os custos para os empregadores, criando um certo padrão mínimo de serviços, as pensões públicas são baixas e os “custos de legado” com benefícios de aposentados para as Três de Detroit são substanciais. Cortes governamentais no gastos de saúde e políticas de privatização têm aumentado o papel dos

seguros privados, ao mesmo tempo em que remédios, cuidados oftalmológicos e dentários continuaram como custos privados.

À medida que as empresas aumentaram sua produtividade ao longo dos anos, por meio de mudanças tecnológicas, terceirizações, aceleração do ritmo da produção e adoção de técnicas de produção mais enxutas, o número de trabalhadores diminuiu e o de aposentados aumentou proporcionalmente. Conjugando-se esses fatores com perdas de fatias de mercado e com o oferecimento de pacotes de dispensa dos trabalhadores ativos, os custos das pensões e dos cuidados de saúde para aposentados se tornaram insustentáveis. A produtividade duplicou nos últimos vinte anos, ao mesmo tempo em que houve uma redução de 25% dos postos de trabalho. No final da década de 1970, quando a era de concessões teve início, havia cerca de 750 mil trabalhadores horistas na Ford, GM e Chrysler. Hoje, mais de dois terços desses empregos desapareceram. Na maioria das economias capitalistas desenvolvidas, o mercado não crescerá mais de 2% ou 3% anualmente. Desse modo, os aumentos de produtividade ainda por vir elevarão as taxas de demissão no setor manufatureiro a patamares ainda maiores.

Muito tem sido falado na mídia sobre as diferenças salariais entre as Três de Detroit e as *transplants*. Várias coisas podem ser ditas a respeito. O peso dos salários dos trabalhadores representa não mais que 7% do custo de um carro médio novo. Os trabalhadores da indústria automobilística criam para o capital uma enorme mais-valia, valor a mais além do que recebem como salário. Além disso, é preciso considerar o valor criado por outros trabalhadores – das minas, da indústria do aço, das autopeças – que contribuem para o valor do carro antes mesmo que ele chegue à linha de montagem. Claro que, para o capital, a mais-

valia deve ser retirada da eventual venda do produto, o que está sendo dificultado pela crise. Por isso, de qualquer modo, diminuir os custos trabalhistas não irá contribuir para resolver a crise. Ademais, a maioria dos que se preocupam com o peso dos salários no valor dos carros ignora essas realidades.

Antes do último acordo coletivo do UAW, em 2007, que cortou pela metade os salários dos trabalhadores recém-contratados da GM, Ford e Chrysler e os desqualificou para alguns benefícios e pensões, havia uma diferença de 3 dólares por hora entre elas e as *transplants*. Evidentemente, isso provocou esforços das fábricas não sindicalizadas a desmover e evitar a sindicalização. Nas novas bases, até mesmo este diferencial de 3 dólares desaparece.

Outro fator da crise das montadoras americanas é a crescente fatia das *transplants* e das importações no mercado, reforçada por regras de liberalização comercial e pela percepção – que, por vezes, traduz a realidade – de que carros fabricados no exterior ou por firmas estrangeiras têm mais qualidade. Um componente importante das mudanças nos padrões de compra foi a alta dos preços do petróleo, além da tendência das Três de Detroit de fabricar veículos grandes, que consomem muito combustível, especialmente os utilitários. Na verdade, é a explosão de vendas dos utilitários que explica grande parte da última onda de crescimento de vendas das companhias de Detroit. Essas fabricantes estavam simplesmente agindo como capitalistas “racionais” e se especializaram em segmentos do mercado que geravam maiores lucros. As *transplants* também produziam veículos para todos os segmentos do mercado – e aderiram à corrida para a fabricação dos utilitários –, mas sua especialidade era a produção de carros menores, de melhor autonomia.

Finalmente, há excesso de capacidade instalada para produzir automóveis nos mercados norte-americano e mundial. O carro é um clássico exemplo de como a busca incessante de lucro pelo capital, associada à tendência inerente do sistema de limitar a capacidade de consumo dos trabalhadores, leva à produção de mais mercadorias do que as que podem ser efetivamente consumidas, conduzindo e agravando as pressões competitivas. O semanário britânico *The Economist*,

em sua edição de 17 de janeiro deste ano, diz que “segundo o CSM Worldwide, uma consultoria especializada no mercado automotivo, o mundo poderia produzir cerca de 94 milhões de veículos por ano – cerca de 34 milhões a mais do que está sendo comprado”. Mesmo com a riqueza e abrangência do mercado norte-americano, há um enorme desequilíbrio entre a capacidade de se produzir veículos e o mercado para eles. No contexto da atual desaceleração, isso se torna ainda mais problemático. As vendas, em 2008, de pouco mais de 13 milhões de veículos leves – nas quais se

incluem as importações – representam uma queda de 18% em relação a 2007. O mais alto patamar do mercado – cerca de 16 milhões de unidades – não será atingido, estima-se, até 2013, de acordo com o Centro de Pesquisas Automotivas de Michigan, EUA. Outro analista automotivo prevê que, mesmo com o fechamento de algumas unidades, a capacidade instalada permitiria a produção de cerca de 16,9 milhões de unidades em 2009. No entanto, a previsão é de que se produza apenas 9,5 milhões de unidades, o que representa uma utilização anêmica, de 56%, da capacidade instalada. ▶

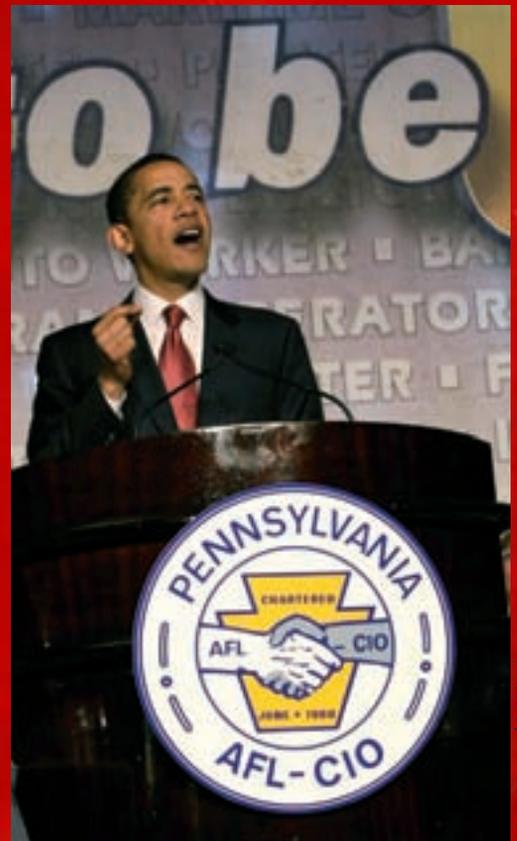
Spencer Platt/Getty Images



Homem passa de bicicleta diante da Michigan Central, a estação ferroviária de Detroit, abandonada há tempos. Na pág. ao lado, pixação em muro da localidade revela o sentimento de angústia da população. Um terço das pessoas está na faixa de pobreza na cidade, o que a torna a mais pobre dos grandes centros urbanos dos EUA. A decadência das três grandes montadoras americanas deixará as comunidades em que elas estão instaladas em situação ainda pior. E essas comunidades devem assistir à própria degradação sem reagir?

DO PÓS-GUERRA ÀS CONCESSÕES

A trajetória do UAW, o grande sindicato dos trabalhadores da indústria automotiva americana, que mudou sua estratégia e sua posição de classe entre os anos 1950 e a década atual



As principais entidades do sindicalismo americano são quase como um braço do Partido Democrata. Acima, à esquerda, durante encontro na Casa Branca, o presidente democrata John Kennedy posa ao lado de Walter Reuther (na extrema direita), histórico presidente do UAW, e do famoso líder da luta pelos direitos civis Martin Luther King (na extrema esquerda). Na imagem à direita, Obama discursa em congresso da AFL-CIO, em abril do ano passado, durante sua campanha. A entidade é a junção, ocorrida em 1955, da American Federation of Labor, fundada em 1886, com o Congress of Industrial Organizations, criado em 1935

NO IMEDIATO pós-guerra e durante os anos 1960, as Três Grandes, bem como menores independentes, dominaram o mercado norte-americano com seus veículos espaçosos e beberrões. E ajudaram a moldar o estilo de vida e as condições de trabalho de americanos e canadenses, facilitando o deslocamento para os subúrbios, o espalhamento

urbano e a maciça dependência do petróleo.

A sindicalização dos trabalhadores na indústria de autopeças e nas montadoras pelo UAW permitiu a criação de um padrão de negociações. Todas as companhias sindicalizadas tinham esquemas similares de remuneração e benefícios, o que as forçava a excluir

os salários como variável de disputa na concorrência. As empresas aumentavam sua produtividade por meio da aplicação de novos processos tecnológicos e de técnicas que extraíssem maior produção da força de trabalho. Essas técnicas foram muito importantes, uma vez que a base da competição, mesmo em mercados oligopolistas, continua sendo

a extração de mais-valia dos trabalhadores. As empresas também passaram a competir com base em constantes mudanças de modelos e nos conjuntos essenciais do carro, como a direção, os freios, etc.

No pós-guerra, o UAW se empenhou, ainda que modestamente, em questionar as decisões das corporações relacionadas à forma da produção. Depois, como parte de um esforço maior de consolidar o seu poder sobre a ala mais à esquerda do sindicato, o líder social-democrata do UAW, Walter Reuther, aceitou uma maneira diferente de tratar o problema. Num acordo célebre que ficou conhecido como Tratado de Detroit, o sindicato sob seu comando aceitou que o controle básico sobre a produção e a escolha de produtos passasse para a companhia, em troca de uma parte dos ganhos de produtividade e de proteção dos salários contra a inflação. Os elementos-chave dessa estratégia – seguida até hoje – foram a aceitação da intensificação e da aceleração do ritmo de trabalho e o combate a todos os movimentos de trabalhadores do sindicato nos locais de produção que visassem lutar contra essa estratégia. Um enorme preço viria a ser pago por isso, já que tal conduta enfraqueceu a militância sindical e a base do sindicato no local de trabalho. O êxito de Reuther, no seu empenho para ter um controle absoluto das estruturas do UAW, praticamente destruiu a ala esquerda e a democracia interna do sindicato.

Após uma série de iniciativas legislativas sem sucesso, o UAW efetivamente desistiu de lutar por uma rede de segurança comum para toda a classe operária. Isto se tornou um paradigma para o restante da classe trabalhadora, cimentando de vez a dependência dos trabalhadores ao êxito de seus empregadores específicos para que obtivessem direitos relacionados a vários aspectos de suas vidas, tais como cuidados mé-

dicos, odontológicos, aposentadoria e muitos outros.

Nunca houve uma verdadeira alternativa política classista e independente nos EUA. O Partido Democrata foi, na melhor das hipóteses, uma aliança de classes dominada por setores-chave do capital. O UAW, como grande parte do movimento sindical, passou a subordinar os interesses políticos dos trabalhadores às necessidades eleitorais dos democratas.

A estratégia do sindicato começou a ruir na década de 1970. As importações começaram a crescer substancialmente e a abocanhar uma significativa parcela do mercado nos EUA. Em resposta, o sindicato e as companhias passaram a pressionar o governo, para que impusesse limites à importação. A essa altura, porém, empresas estrangeiras, atraídas pelo mercado norte-americano e por generosos subsídios provenientes de estados ansiosos por novos investimentos, começaram a construir fábricas na América do Norte: a Volkswagen, em 1978, a Honda, em 1982, e a Nissan, em 1983, por exemplo. Essas empresas escolheram as chamadas zonas verdes, onde podiam recrutar trabalhadores não sindicalizados e jovens.

O fim do *boom* do pós-guerra e a consequente financeirização do capitalismo criaram novas pressões sobre as empresas automobilísticas, porque exigiram retornos mais altos para Wall Street. As *transplants* trouxeram consigo novas práticas de terceirização, corte de custos trabalhistas e intensificação dos regimes de trabalho, consubstanciadas na chamada produção enxuta. As companhias de Detroit levaram cerca de dez anos para se adaptar a estes métodos, mas, depois disso, passaram a aplicá-los maciçamente. A derrota geral do movimento classista dos trabalhadores – simbolizada pela prisão dos dirigentes sindicais da Organização dos Controladores Profissionais do Tráfego

Aéreo (Patco, na sigla em inglês) –, já no início do governo do presidente Ronald Reagan, ativou tendências já existentes no âmbito do UAW de se proteger as condições de trabalho mediante o reforço da competitividade dos empregadores. Diante das novas formas de reestruturação das empresas, o sindicato abandonou qualquer sentimento de solidariedade de classe. Isso o prejudicou de várias formas:

- a acomodação às demandas do empregador fomentou um sentimento de defesa e de derrota.

- a aceitação da terceirização maciça de postos de trabalho para redução de custos, juntamente com uma ampliação da jornada de trabalho, legitimou a segmentação dos empregos no setor automotivo e minou a solidariedade classista.

- a “produção enxuta” intensificou o trabalho, limitou as pausas e reduziu o número de bons empregos. O aumento da disciplina e do risco enfraqueceu ainda mais a legitimidade do sindicato na fábrica.

- o debate sobre quem iria arcar com os custos das pensões e dos cuidados com a saúde na aposentadoria resultou em tensão entre os trabalhadores mais jovens e os mais velhos.

Algumas fábricas surgiram, outras se ampliaram, outras foram fechadas ou reduzidas. As exclusivamente estrangeiras se estabeleceram principalmente no sul dos EUA, enquanto as Três Grandes se concentraram na zona dos Grandes Lagos. Globalmente, houve uma perda de postos de trabalho nos EUA. Entre janeiro de 2000 e janeiro de 2009, todos os produtores de automóveis e autopeças americanos, incluindo as *transplants*, reduziram sua força de trabalho em 43%. Em Michigan, o estado das Três Grandes, no mesmo período, os empregos no setor automotivo foram reduzidos em 51%. E as mudanças na oferta de empregos se deram mais ►



Yvonne Ramsey/Getty Images



Reprodução

Na imagem ao alto, manifestação do sindicato dos controladores de voo em Nova York (agosto de 1981), durante a greve que foi considerada um marco na história do sindicalismo americano. Era início do governo Reagan (acima), um dos pais do movimento neoliberal, que aproveitou a ocasião para drástica intervenção contra os trabalhadores

em função da contínua reestruturação das atividades dentro do território americano do que das importações.

Diante disso, o UAW adotou uma estratégia de operação conjunta e concessões ao patronato em troca de promessas de garantia de emprego, acesso a cargos terceirizados e medidas protecionistas do governo. Houve oposição a essa estratégia, mas ela foi derrotada. O UAW se isolou cada vez mais de outras seções da classe operá-

ria e de outros movimentos sociais. O sindicato se opôs à aplicação de normas ambientais mais rigorosas e defendeu os modelos adotados pelas Três de Detroit. Ao defender apenas os seus membros, proteger tão somente os postos de trabalho relativamente bem pagos e apoiar a privatização dos benefícios sociais, o UAW se distanciou ainda mais dos outros trabalhadores com menos proteção e pior remunerados. E isso teve seu preço.

O sindicato também nunca dedicou esforços maiores para organizar as *transplants* e os grandes produtores de autopeças não sindicalizados. Ao invés disso, invocava o reconhecimento dos acordos que fazia e impunha aos trabalhadores contratos que continham, muitas vezes, cláusulas antigreve e outras limitações.

O golpe final veio quando o sindicato negociou uma escala dual de salários, a ser aplicada nas novas contratações, no acordo de 2007. É difícil até imaginar como um sindicato pode continuar operando em um ambiente onde alguns indivíduos trabalham tanto quanto os demais, não recebem a mesma quantidade de benefícios e são convidados a apoiar dezenas de milhares de ex-trabalhadores que provavelmente ganham mais com pensões e benefícios do que eles, que são escravizados na linha de montagem. Alguns poderão argumentar, agora, que com a crise não haverá novas contratações. Mas o fato é que as empresas já iniciaram um agressivo programa de demissões voluntárias e de aposentadoria antecipada para os trabalhadores ativos, de forma a cortar de seus quadros aqueles que recebem altos salários e abrir espaço para aqueles que trabalharão por metade desse valor. Claramente, diante da crise atual, o UAW não estava em posição de desafiar a agenda do Estado e dos empregadores.

ESQUERDA SEM SAÍDA

O CAW, sindicato dos trabalhadores canadenses, não aceitou a escala dupla de salários, mas aderiu, nesta crise, ao lema do “salvemos nossas empresas”

A VERTENTE canadense do sindicato de trabalhadores da indústria automobilística da América do Norte se desenvolveu baseada numa política e num ambiente cultural diferentes dos que imperaram nos EUA. A ala esquerda não foi completamente eliminada do sindicato e sua influência política perdurou até a década de 1990. O poder dos militantes na fábrica, os quais estavam muitas vezes ligado a coletivos de esquerda preocupados com as questões do local de trabalho, sobreviveu durante muito tempo, mesmo após a marginalização ou desaparecimento dos grupos correspondentes nos EUA. O descontentamento com a dominação política e econômica dos EUA sobre o Canadá criou uma oposição, no movimento sindical deste país, às corporações multinacionais, ao capitalismo do livre-comércio e à influência da política externa americana. Tudo isso repercutiu no braço canadense do UAW. A existência de um partido social-democrata, mesmo que moderado, como o Novo Partido Democrático (NDP, na sigla em inglês), contribuiu para a criação de um espaço político independente para os trabalhadores.

Depois do pacto automobilístico firmado entre EUA e Canadá, de 1965, que previa o comércio controlado de peças e de veículos prontos entre os dois países, o sindicato conquistou muito em termos de negociação. Uma confiança crescente,

enraizada em uma tradição de luta, ajudou no desenvolvimento de uma postura independente. E isso contribuiu para a rejeição das concessões feitas em 1982 nos EUA e, posteriormente, para o rompimento do braço canadense com o UAW, em 1984.

O CAW, recém-criado, continuou a se opor às concessões, conseguiu novos avanços nas negociações e encabeçou importantes lutas políticas contra o livre-comércio, a globalização e os governos de direita. O CAW defendeu os direitos dos trabalhadores do setor público. Ainda no final dos anos 1990, organizou uma série de ocupações de fábricas, protestando contra seus fechamentos. E se fortaleceu como exemplo da ideia de que um sindicato não precisava abraçar a ideologia da competitividade empresarial, em uma época em que parecia não haver outra opção.

No início dos anos 2000, a conjuntura mudou. O dólar canadense disparou acentuadamente em relação ao dólar americano, os preços da energia no Canadá começaram a subir e a cota de mercado da três montadoras americanas passou a declinar em relação às *transplants* e às importações. A regulação do mercado foi sendo gradativamente reduzida em virtude da adoção de medidas neoliberais e as vantagens competitivas, que anteriormente beneficiavam a indústria canadense, foram desaparecendo gradualmente.

O sindicato começou a mudar. Com os ataques terroristas de 11 de setembro contra os EUA, a liderança do CAW ficou assustada com o novo ambiente político e econômico. O NDP também aceitou como verdade a impossibilidade de se mudar o rumo neoliberal. Refletindo a mudança de perspectiva, o sindicato procurou ajudar o patronato na busca de novas bases para a competitividade da indústria canadense. Passou a defender subsídios para atrair investimentos, selou alianças políticas com partidos ligados ao patronato, criou campanhas políticas conclamando os associados a mobilizarem membros de suas comunidades e formou instituições corporativas e comissões para formular demandas por mudanças políticas, tudo com o mesmo propósito. Incentivou, ainda, apelos por “compras domésticas”, num contexto em que boa parte da competição ocorria entre as *transplants* localizadas em Ontário e nos EUA. Muitas pessoas próximas à liderança descartaram organizar os trabalhadores das *transplants*, porque elas eram “estrangeiras”.

Muito antes da atual rodada de concessões, o sindicato concordou com uma série de revisões de contratos, reduzindo as pausas no trabalho e permitindo a terceirização de posições, antes pertencentes aos sindicalizados, em troca de promessas de novos produtos. Na Magna Internacional, a enorme fabricante canadense de peças, por exemplo, o CAW, em um esforço conjunto com os empregadores, negociou o que se chama de “quadro de equidade”, que praticamente elimina tanto o direito dos trabalhadores à greve como a eleição de representantes sindicais independentes no local de trabalho. Na última série de negociações de 2008, o CAW cedeu o equivalente a 400 milhões de dólares em novas concessões, alegando, defensivamente, que “pelo menos nós não negociamos a escala dual de salários”.

O CAW tinha vínculos de solidariedade com a luta contra a pobreza, a globalização e os baixos salários. Liderou uma greve bastante popular contra a terceirização na GM em 1996, conquistando a admiração de trabalhadores de todo o Canadá. Esse tipo de ação praticamente desapareceu nos últimos anos. Lutas coletivas limitadas, isolamento, a mentalidade do “salvemos nossos empregadores” e a interminável sequência de fechamentos de fábricas e demissões deixaram o sindicato cada vez mais debilitado e desmoralizado. Quando a crise de crédito surgiu, também o CAW estava fora do páreo. ▶

Ken Lewenza, presidente do CAW, discursa em manifestação do sindicato, em Toronto, em março deste ano





A Petrobras faz história quando desafia limites, vai além das expectativas. Quando é considerada **a oitava maior empresa do planeta em valor de mercado**.¹

A Petrobras faz história quando é **reconhecida como a mais socialmente responsável no Brasil**.²

Quando é eleita **a quarta empresa mais respeitada do mundo**.³

Quando desenvolve tecnologia para encontrar petróleo a mais de 6 mil metros de profundidade no fundo do mar.

Quando está pronta para transformar o petróleo do pré-sal em rentabilidade para os acionistas, compromisso com a cidadania, cultura, meio ambiente, crescimento e desenvolvimento do país.

E isso é mais que fazer história. É fazer o futuro.

BR PETROBRAS

O DESAFIO É A NOSSA ENERGIA

Ministério de Minas e Energia



ESTRATÉGIA PARA A LUTA

Eis alguns pontos para tentar resolver as grandes questões em disputa nesta crise. A eles, os trabalhadores precisam acrescentar elementos de uma postura política mais geral

■ O “ESTADO do Bem-Estar Social privado” precisa ser substituído por um conjunto de programas públicos universais fortes e democraticamente administrados. Pensões, serviços de saúde, dentários, oftalmológicos e remédios não podem ser garantidos por meio de planos privados, dependentes de rentabilidade das empresas. Devem ser encarados como direitos fundamentais. Por ora, os governos devem garantir, pelo menos, os planos já negociados, que, afinal, foram financiados precipuamente pelo desconto antecipado dos ganhos dos trabalhadores.

■ Os setores bancário e financeiro devem ser nacionalizados, socializados e dirigidos por organismos democráticos. As finanças precisam se tornar, na realidade, aquilo que os atuais planos de salvamento emergenciais implicitamente presumem que elas são: uma utilidade pública.

■ A produção e o comércio automobilísticos devem ser regulados. Órgãos de planejamento democráticos precisam ser criados para controlar o comércio, a entrada em operação e a alocação das instalações de produção, bem como a circulação de capitais. Qualquer que seja o resultado imediato dos atuais esforços de reestruturação, nenhuma das empresas será capaz de produzir veículos em sua capacidade instalada plena.

■ A necessidade de se lidar com crise geral de meio ambiente exige que se diminua a quantidade de veículos pessoais e comerciais. Precisamos de: veículos novos, pequenos e que utilizem combustíveis não fósseis; ciclos fechados nos processos de produção; materiais reutilizáveis e recicláveis e uma infraestrutura capaz de fazer o recolhimento e a reciclagem; transportes coletivos e infraestrutura necessária para eles; desenvolvimento de fontes alternativas de combustível e energia e novos estilos de vida, trabalho e recreação. Tudo isto exige

mudanças na indústria e na sociedade, que vão muito além da lógica da acumulação de capital privado e da concorrência.

■ Uma grande parte da capacidade produtiva atualmente utilizada para a fabricação de veículos deve ser redirecionada para a produção de outros bens ou serviços. Empresas estatais devem ser criadas para assumir o comando das instalações de produção e dos recursos – como as máquinas, ferramentas e as prensas de moldagem – que ficaram ociosos por conta da recessão atual. Na medida em que estes recursos têm sido subsidiados pelo Estado e pelas comunidades, por que consentiríamos que eles desaparecessem? Apenas porque já não se enquadram na lógica da rentabilidade do mercado? Os desempregados e subempregados teriam de ser mobilizados e organizados para exigir tais mudanças e, em última instância, trabalhar neste novo setor, ganhando salários dignos.

■ As comunidades devem ser organizadas para defender seu direito a empregos dignos e a uma parte das novas instalações de produção. Novas instituições têm de ser criadas, permitindo que comunidades de trabalhadores, como as das cidades onde dominam as indústrias automobilísticas, por exemplo, Michigan e Ontário, investiguem e analisem suas reais necessidades – sejam elas de infraestrutura, habitação, transportes, serviços, lazer, etc. – e, então, tenham acesso aos recursos técnicos e financeiros destinados a supri-las. Essa é uma forma de se evitar a proliferação de centros urbanos decadentes por toda a América do Norte.

■ Precisamos de uma visão alternativa ousada para transformar a indústria automotiva. Alguns clamam por uma corporação estatal que reúna a indústria, o transporte público e uma agência de energia, que assumiria as empresas automobilísticas, reintegraria os fornecedores-chave, elevaria dramaticamente o investimento em transporte coletivo, promoveria a eliminação dos combustíveis fósseis e nucleares e moveria o setor para o uso de fontes renováveis de energia. Eles apontam o exemplo do enorme sucesso do projeto de nacionalização de indústrias elaborado durante a II Guerra Mundial, quando a GM – embora ainda seja uma corporação privada – se tornou a maior fabricante ae-

roespacial, sob controle público e em um ambiente de planejamento. Se a indústria nacionalizada e planejada funcionou àquela época, por que não daria certo agora? Há os que pedem, no entanto, uma forte regulamentação e uma série de experiências transformadoras, argumentando que, sem alterar o macroambiente econômico e político, uma indústria nacionalizada amargaria um bom tempo operando de forma “diferente”. Qualquer que seja a abordagem adotada, a transformação da indústria atual vai exigir grandes reformas estruturais, desafiando a lógica do capitalismo e das instituições capitalistas do Estado.

■ É preciso planejar estratégias solidárias que protejam os empregos e a renda. Elas poderiam incluir divisão de postos de trabalho, com programas de seguro-desemprego para subsidiar rendimentos, e ampliação das variadas formas já negociadas de tempo livre, tais como férias, licença parental, redução de horas extraordinárias e coisas do gênero.

Além desses pontos, é preciso destacar o seguinte: embora os sindicatos devam desempenhar um papel crucial no processo de mudança, eles têm limitações importantes. Eles devem fazer as negociações coletivas em nome de seus associados e são dependentes do sucesso das empresas em determinados segmentos do mercado. Eles têm de responder a essas expectativas e mostrar resultados no curto prazo, a fim de ter credibilidade diante de seus associados. Isso muitas vezes conflita com estipulação de metas de longo prazo e com os interesses dos outros trabalhadores.

Faz-se necessário, assim, um movimento político mais amplo, socialista – que desafie a lógica da acumulação do capital privado e procure lutar por um sistema social alternativo. Esse movimento seria um polo de referência para os trabalhadores e os sindicatos, ajudaria a fazer uma análise mais profunda e clara das estratégias e exigências para se encarar a crise atual e contribuiria para a construção de um movimento de resistência mais ambicioso.

Na década de 1930, a existência de movimentos e partidos anticapitalistas radicais inspiraram ativistas do operariado a criar o movimento sindical industrial e outras lutas comunitárias, ainda que isso parecesse aparentemente impossível. Eles mobilizaram dezenas de milhares de trabalhadores, obrigando os governos a implementar reformas sociais fundamentais e institucionalizar os sindicatos. ■



AVANÇO SILENCIOSO E POLÊMICO

O uso de organismos geneticamente modificados na agricultura é controverso. Apesar disso, sua presença no campo brasileiro parece crescer

por Priscila Lobregatte

AFP PHOTO MONALISA LINS /Getty Images

HÁ QUATRO anos, o Brasil aprovava a Lei de Biossegurança em meio a muita polêmica, envolvendo, entre outros pontos, a questão do uso de transgênicos na agricultura. Hoje, o assunto ainda engloba opiniões dos mais variados matizes, mesmo entre os especialistas. Em todo o mundo, no ano de 2008, 25 países plantaram alguma cultura geneticamente modificada em 125 milhões de hectares, um aumento de 9,4% em relação a 2007, segundo o Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações em Agrobiotecnologia (Isaaa, em inglês). No Brasil, o volume de produção de soja faz da oleaginosa o caso mais emblemático do uso da transgenia

na agricultura, que se estende ao milho e ao algodão.

Com base na safra 2007/2008, dados do Departamento de Agricultura dos EUA divulgados pela Embrapa mostram que hoje o Brasil é o segundo produtor de soja do mundo, com 60 milhões de toneladas e uma área plantada de 21,3 milhões de hectares. À frente, estão os EUA, com 72,9 milhões de toneladas em 25,96 milhões de hectares. No Cone Sul, o Brasil lidera com 60% da produção, seguido pela Argentina – a terceira no mundo –, com 47%. O estado brasileiro que lidera a produção nacional é Mato Grosso, com 17,848 milhões de toneladas,

seguido pelo Paraná, com 11,896 milhões de toneladas.

Consultorias da área agrícola estimam que cerca de 60% da soja produzida no país seja transgênica, enquanto a Associação Brasileira de Produtores de Grãos Não Geneticamente Modificados (Abrange) avalia que esse mesmo percentual seja de soja convencional. Nenhum órgão público elaborou qualquer levantamento a respeito. O fato é que desde 1996 – quando se teria registrado o primeiro plantio, no Rio Grande do Sul, da soja transgênica Roundup Ready (RR), da Monsanto, que chegou por meio de contrabando de sementes da Argentina, já que o Brasil ►

ainda proibia o seu plantio – o cultivo de transgênicos aumentou. O estado sulista, por exemplo, tem praticamente 100% de sua produção de soja advinda de sementes transgênicas, bem acima da média nacional. Mato Grosso, Goiás, Paraná, Tocantins e Bahia se notabilizam por serem os maiores produtores da soja não transgênica.

Desde a aprovação da Lei 11.105 de 2005, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) autorizou o uso de uma variedade de soja (RR), seis de milho e cinco de algodão, além de três variedades de vacina contra circovirose suína. É nesse quadro de expansão e, ao mesmo tempo, de pouca informação pública que surgem as críticas quanto ao uso dos transgênicos na agricultura brasileira e, especialmente, ao papel da CTNBio, responsável pela análise dos pedidos de liberação no País.

Contrário à transgenia, Antônio Inácio Andrioli, professor do Mestrado em Educação nas Ciências da Unijuí (RS) e da Universidade Johannes Kepler, de Linz (Áustria), é taxativo. No livro *Transgênicos, as sementes do mal* (Expressão Popular, 2008), ele afirma que “a liberação de transgênicos no Brasil é inconstitucional,

pois não foram apresentados estudos de impacto ambiental, como prevê a Constituição Federal”. O pesquisador avalia que a liberação teria ferido ao menos três princípios do Direito Ambiental: o da precaução, o da sustentabilidade e o da responsabilidade por danos.

Para Andrioli, “além das multinacionais interessadas na venda de agrotóxicos, os grandes produtores rurais brasileiros visualizam nos transgênicos a possibilidade de industrializar a agricultura, cultivando monoculturas em grandes áreas de terra, dependendo cada vez menos de trabalhadores rurais”. Para ele, esses interesses “se somam aos do governo”, já que sua base estratégica econômica “é atrair investimentos externos e apoiar as agroexportações”.

Na mesma linha crítica, porém não contrária ao princípio da transgenia, está o engenheiro agrônomo Pedro Ivan Christoffoli, assessor do setor de produção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ele argumenta que um dos perigos do uso dos transgênicos é a dificuldade de controlar sua disseminação: “Quando usamos agrotóxicos, seus efeitos vão desaparecendo ao longo dos anos e é possível controlar sua aplicação.

O problema do transgênico é que você não tem como parar sua introdução na agricultura porque, por ser um ser vivo, ele se reproduz naturalmente”.

Sua tese de doutorado, a ser apresentada em breve na Universidade de Brasília (UnB), se foca na introdução de organismos geneticamente modificados (OGM) e em seus reflexos na produção agrícola. Um dos pontos estudados é a promessa das empresas de reduzir custos na produção e a possibilidade de se combater a fome aumentando o acesso aos alimentos, que teriam seu custo reduzido.

TRADICIONAL RENDE MAIS

“O que se observou é que, de fato, nos primeiros anos do uso de semente transgênica, há uma redução na aplicação de agrotóxicos. Mas, na sequência, seguindo o cultivo de soja nessa mesma área, há um processo de seleção natural que vai provocando o surgimento de espécies de ervas daninhas resistentes ao glifosato”, diz. A soja Roundup Ready foi desenvolvida pela Monsanto para ser resistente a essa substância, usada no herbicida que ela mesma produz, o Roundup.

Em suas pesquisas, Christoffoli mostra que, com o uso da RR, “houve redução de 5% a 10% no rendimento físico por hectare, ou, na melhor das hipóteses, estabilidade. Dados da Embrapa consideram redução da produtividade, com o cultivo de transgênicos, de uma média nacional de 48,57 sacas [2,9 toneladas] para 47,11 sacas [2,8 toneladas] por hectare”. Além disso, “está se verificando aumento na quantidade de glifosato utilizado a cada ano, indicando problemas de manejo e o surgimento de plantas espontâneas resistentes”.

De acordo com Christoffoli, “os médios e grandes produtores que aplicam alta tecnologia para o uso de soja convencional conseguem uma produtividade muito superior à da soja transgênica. Vale lembrar, ainda, que a Embrapa tem variedades de alto rendimento convencionais e que não há semente transgênica que se equipare a elas”.

O agrônomo chama a atenção também para a questão da soberania alimentar. Segundo sua pesquisa, a concentração e centralização de capitais “reconfigurou a indústria de sementes no Brasil e no mundo. Cerca de dez empresas controlam 70% do mercado de sementes”. Entre as principais estão as norte-americanas Monsanto, com 23% ▶



Christoffoli, do MST: é difícil controlar a disseminação dos transgênicos

do mercado de sementes patenteadas, e DuPont, com 15%, seguidas da Syngenta (Suíça), que detém 9%, e do Group Limagrain (França), com 6%. De acordo com Christoffoli, “vivencia-se o limiar da perda de soberania alimentar pelos povos. A cadeia alimentar, cada vez mais, será determinada por decisões privadas, centralizadas nas cúpulas de corporações transnacionais interessadas em aumentar sua lucratividade, com o risco de secundarizar interesses humanitários ou de ordem ética e ambiental”, alerta.

Em meio a todas essas questões, a CTNBio tem papel central. Ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), é uma instância colegiada multidisciplinar responsável por avaliar os pedidos de comercialização de transgênicos no Brasil. Seu presidente, Walter Colli, defende a atuação do órgão: “Os membros da CTNBio nomeados pelo MCT provêm de listas tríplexes constituídas pela Academia Brasileira de Ciências e pela SBPC [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência], dentre outras associações científicas brasileiras, todas da sociedade civil. Os demais são indicados pelos outros ministérios participantes, acredito, que usam critérios semelhantes”.

Ele explica que a CTNBio foi criada observando-se o princípio de respeito ao meio ambiente e à saúde pública estipulado pela Constituição em seu artigo 225, “além de procurar estimular o avanço científico na área de biossegurança e de biotecnologia, sob a estrita observância do princípio da precaução, constante do Protocolo de Cartagena assinado pelo Brasil”.

As análises feitas pela CTNBio têm como base dados fornecidos pela empresa requerente e trabalhos científicos feitos por pesquisadores internacionais. “É comum pensarem que os membros da CTNBio fazem a pesquisa experimental. Isso seria impossível. O que eles fazem é analisar dados disponíveis fornecidos pelas empresas, bem como os captados na literatura internacional produzidos por pesquisadores independentes”, explica Colli.

O dirigente defende as sementes transgênicas inclusive como fator de proteção à saúde: “A maior parte dos agricultores, antes do aparecimento das plantas resistentes aos herbicidas, usava agrotóxicos extremamente potentes prejudiciais à saúde e contra os quais também pode aparecer resistência. Evitar ou retardar o aparecimento de resistência é uma questão de manejo da cultura, e não de biossegurança”.

Do ponto de vista do homem do campo, Colli informa que “pesquisa feita na Índia, China, África do Sul e Filipinas indicou que, em 2008, 12 milhões de agricultores, 90% dos quais pequenos agricultores, tiveram um aumento de renda de 115 a 250 dólares por hectare”. Segundo ele, no período de 1996 a 2007, “houve uma redução do uso de pesticidas de 360 mil toneladas de ingrediente ativo, correspondendo a 3.168 vagões de trem, e, somente em 2007, houve redução, pelo menor uso de tratores, na emissão de CO₂ de 14,2 milhões de toneladas, correspondendo à retirada de 6,3 milhões de automóveis das ruas”.

BAIXA QUALIDADE

O cientista Rubens Onofre Nodari, professor da Universidade Federal de Santa Catarina, que já fez parte da CTNBio, tem posição oposta. O especialista em genética conta que deixou a comissão por discordar da forma como a liberação de OGM é feita: “Em geral, os estudos que as empresas apresentavam eram de baixa qualidade científica, e a maioria feita nos EUA, nenhum no Brasil, e a maior parte não publicada”. Ele cita como exemplo de equívoco da comissão a liberação do milho transgênico. A gramínea tem polinização aberta, o que significa que seu pólen pode fecundar outra planta em grandes distâncias, dependendo do vento. Segunda a CTNBio, para evitar a contaminação de um milho convencional por um OGM, foi estabelecida a distância de 100 metros de uma plantação para a outra ou 20 metros com plantio de 10 linhas de bordadura de milho convencional. De acordo com Colli, chegou-se a essa medida levando-se em conta estudos brasileiros, que afirmam que o pólen atinge no máximo 20 metros, e espanhóis, que colocam este limite em 50 metros. Aplicando o princípio da precaução, chegaram ao distanciamento exigido. “Essa regra garante possíveis cruzamentos de menos de 1% entre uma lavoura e outra”, explica.

Nodari discorda: “É uma vergonha que um colégio de cientistas estabeleça regras que não têm nenhuma base científica. Todo mundo sabe que o milho pode se cruzar em até 500 metros, um quilômetro, dependendo do vento. O que vai acontecer, no futuro, é que não teremos sementes convencionais puras e o consumidor não poderá escolher o que comer”.



Colli, da CTNBio: sementes transgênicas são elementos de proteção da saúde



Jorge S. Cabrera A./LatinContent/Getty Images

ZELAYA VOLVERÁ?

O presidente deposto, forçado a sair do país, parece perder apoio popular. A dúbia postura dos EUA contribuiu para enfraquecê-lo

por Yuri Martins Fontes

O **ESFORÇO** do governo Obama para que o hondurenho Manuel Zelaya seja restituído à presidência parece não passar mesmo de retórica – de modo a esfriar os ânimos legitimistas que exigem a volta do líder eleito democraticamente. Passado mais de um mês desde o golpe de Estado civil-militar, os EUA, históricos tutores dos oligarcas desse pequeno país, continuam mantendo uma postura obscura, segundo o vago discurso de que “há de se ter calma” – sem que tenham sido tomadas quaisquer medidas mais enérgicas.

Os golpistas, embora sofrendo alguma pressão internacional, diante da postura “banho-maria” do influente vizinho do Norte, não se mostram desencorajados a

reverter o cenário, permitindo o regresso à tão pregada ordem democrática. Por outro lado, Zelaya ainda não demonstrou determinação para um efetivo enfrentamento da situação. O máximo a que chegou um mês após ser deposto foi, simbolicamente, retornar ao país adentrando alguns metros o território hondurenho (imagem ao alto). Sem o apoio de seu próprio partido – que inclusive participou de sua derrubada –, ele parece não contar também com grande apoio popular.

Dado o secular domínio estadunidense em sua política nacional – sempre em aliança com o monopólio governista e midiático das elites locais –, em Honduras não se desenvolveu um movimento

social organizado. Nos anos 1970 e 1980, enquanto seus vizinhos disputavam com armas o poder hegemônico exercido pelos EUA, o governo hondurenho vendia o país, cedendo seu território como base militar à ingerência regional estadunidense. Após tanto tempo de subjugo e pobreza (a nação é a segunda mais pobre da América, atrás apenas do conturbado Haiti), a situação lastimável parece ter despertado Zelaya – membro da oligarquia rural eleito por uma aliança de centro-direita, pelo poderoso Partido Liberal –, movendo-o a exercer um papel que não lhe estava previsto: no meio de seu mandato (no ano de 2007), ele passou a implantar políticas reformistas de esquerda.

O golpe que o derrubou foi levado a cabo em 28 de junho, após crise política que o opôs ao Congresso, à Corte de Justiça e às Forças Armadas do país, nas semanas precedentes. Sob ordens dos poderes Judiciário e Legislativo, o Exército invadiu a residência do presidente, em Tegucigalpa, e o sequestrou, levando-o, ainda de pijamas, para uma base aérea nos arredores da capital, de onde seria enviado a São José, na vizinha Costa Rica.

Imediatamente, o então presidente do Congresso, Roberto Micheletti – também do Partido Liberal –, anunciou que Zelaya havia renunciado (mais tarde, ficou claro que a assinatura na suposta carta de renúncia era falsa). Na tarde do mesmo dia, o Congresso elegeu Micheletti para presidir a nação até as eleições, programadas para o final de novembro. Zelaya, já na Costa Rica, passou a denunciar sua deposição, afirmando que nunca renunciara. “O que houve foi um crime contra a democracia, uma conspiração político-militar de uma elite que teme consultar o povo!”, proclamou. Após a farsa da renúncia se tornar pública, a Corte Suprema hondurenha apresentou nova versão: declarou ter ordenado ao Exército a deposição do presidente, devido a supostos gestos inconstitucionais.

Zelaya foi eleito presidente em 2005 para um mandato de quatro anos, não renovável. Inicialmente apoiou os tratados de livre-comércio com os EUA. Contudo, a partir de 2007 – quando na vizinha Nicarágua ocorreu, democraticamente, uma guinada à esquerda, levando-a a obter,

então, amplos benefícios e apoio por parte da Venezuela –, ele passaria a se interessar mais por esse movimento “autonomista” de união latino-americana, alinhando-se a Hugo Chávez.

De início, o Partido Liberal ajudou a aprovar no Congresso a adesão do país à Aliança Bolivariana para as Américas (Alba), haja vista os grandes benefícios imediatos que advieram deste gesto: substancial ajuda econômica, compra de petróleo venezuelano em condições facilitadas e doação de tratores. Rapidamente, no entanto, a nova orientação passou a desagradar às classes dominantes do país, em desacordo com a implantação de programas sociais, a paralisação das privatizações e o aumento do salário mínimo acima da inflação – o que contribuiu para elevar a aprovação de Zelaya entre os estratos mais pobres (mais da metade da população de 8 milhões de pessoas vive com renda abaixo do nível de pobreza, e um terço da população hondurenha economicamente ativa está desempregada).

ENFRENTAMENTO

Zelaya passou então a ser pressionado. Em 2008, sofreu críticas da Organização dos Estados Americanos (OEA) por impor às emissoras de rádio e televisão a obrigatoriedade de transmitir programação do governo. A imprensa comercial local – e internacional – difundiu noticiários acusando seu governo de populismo econômico e de não ter atuado com firmeza junto à segurança pública (os índices de criminalidade são altos), bem como diante

de escândalos de corrupção (herança da estrutura política hondurenha subjugada por multinacionais).

O agravamento da crise se deu quando o presidente resolveu partir para o enfrentamento político, manifestando sua intenção de realizar uma consulta pública (no dia 28 de junho, mesma data do golpe) em que os eleitores pudessem dar sua opinião acerca da realização ou não de um referendo para a convocação de uma Assembleia Constituinte. Os opositores de Zelaya acusaram-no de pretender, desse modo, abrir caminho para sua reeleição – o que é proibido pela Carta. O artigo 239 da Constituição de Honduras prega que “aquele que infringir essa disposição [proibitória de um segundo mandato], ou que proponha sua reforma, assim como aqueles que o apoiem direta ou indiretamente, cessarão de imediato o desempenho de seus respectivos cargos”. Assim, para a oposição, Zelaya, ao propor a consulta, já estaria “automaticamente” fora do poder – como se o fato de se querer escutar o desejo popular acerca de haver ou não um referendo significasse implicitamente buscar a reeleição.

A proposta da consulta sofreu forte oposição do Congresso, que chegou a anunciar uma investigação acerca da “conduta e capacidade de governar do presidente” – gesto que Zelaya qualificou de “arbitrário e imprecendente”. Dias antes do golpe, para se certificar de que o temível referendo não pudesse suceder a uma possível consulta, os parlamentares aprovaram lei proibindo referendos e plebiscitos a menos de seis meses de uma eleição.

O ESTOPIM

Como o Exército é responsável pela segurança e logística das eleições, Zelaya ordenou aos militares que cumprissem seu papel na consulta marcada para 28 de junho. O chefe do comando militar, general Romeo Vásquez, recusou-se a obedecer, alegando que a Suprema Corte declarara ilegal a consulta. O presidente então removeu o militar de seu cargo, convocando uma marcha popular para retomar o material eleitoral detido pela polícia nacional – o que desencadeou o golpe.

Segundo a interpretação dos apoiadores de Zelaya, ele não infringiu a Constituição, pois propôs apenas uma consulta popular, cujo resultado não está vinculado diretamente à realização do referendo – já que este deveria passar ainda por aprovação no Congresso para ser realizado. De ▶

Jorge S. Cabrera/LatinContent/Getty Images



Micheletti: o ex-apoiador e presidente do Congresso sucedeu Zelaya após o golpe

todo modo, mesmo podendo haver uma possível dubiedade no texto da Constituição, é curioso que – em se tratando de um ato constitucional, como o afirmam os golpistas – tenha sido necessário sequestrar o presidente e conduzi-lo à força para fora do país. Isso para não mencionar o tal documento de renúncia forjado que foi apresentado pelo Congresso. Por que precisa renunciar e ser exilado quem já está automaticamente fora do poder?

A Organização das Nações Unidas (ONU) condenou o golpe por unanimidade, pedindo o retorno “imediato e incondicional” do presidente deposto. No início de julho, ela também suspendeu Honduras. A União Europeia, por seu lado, cancelou o envio de 92 milhões de dólares, previstos em acordo de cooperação.

Diante da repercussão negativa internacional – que acabou por animar, inicialmente, os protestos populares –, o Parlamento hondurenho aprovou um decreto que, na prática, estabeleceu o Estado de sítio no país. Em entrevista ao jornal *Brasil de Fato*, Francisco Ríos, membro do Bloque Popular, organização que reúne os grupos de esquerda do país, declarou que, “devido à pressão internacional”, o governo golpista tem “evitado demonstrações de força”. “Não há tanques nas ruas, mas os mecanismos de repressão estão prontos para serem ativados, caso seja necessário”. Ainda assim, de acordo com o Comitê de Familiares de Detidos e Desaparecidos, até meados de julho já haviam sido feitas mais de 1,5 mil detenções, sendo que ao menos três manifestantes foram assassinados.

A postura do governo de Micheletti pode ser explicada pela frouxa posição

dos EUA – que, no tabuleiro regional, é o que realmente importa. Até agora a crise vem sendo tratada com calculada indiferença pelo governo de Barack Obama. Os discursos dúbios da secretária de Estado, Hillary Clinton, não bastaram para intimidar os golpistas militares – formados na famosa Escola das Américas, nos EUA – garantidores do poder da pequenina elite local. Pouco após o golpe, o governo estadunidense indicou para mediar a questão Óscar Arias, presidente da Costa Rica – país sem Exército, cuja segurança nacional é garantida por Washington.

APOIO DISCRETO

O costarrriquenho tem um currículo no mínimo duvidoso para um mediador. Entre 1986 e 1990, ele presidiu pela primeira vez seu país, época em que participou ativamente, junto às forças dos EUA, no que foi vendido eufemisticamente como sendo um empenho para a “restituição da normalidade” na região. Na prática, tal aliança – assim como ocorria também em Honduras – tratou de conter o avanço da Revolução Sandinista na Nicarágua. Em 1987, o alinhamento com as políticas de “guerra de baixa intensidade” de Ronald Reagan contra os sandinistas – que terminaria por gerar acordo em que El Salvador, Guatemala, Costa Rica, Honduras e Panamá pressionaram a Nicarágua – valeria a Arias o prêmio Nobel da Paz.

Em 2006, ele voltou ao poder, segundo uma plataforma estritamente neoliberal – como políticas de privatização e atentados contra os direitos trabalhistas, ambientais e mesmo contra a liberdade de expressão. Com semelhante currículo, seria realmente espantoso que Arias pu-

desse desempenhar um papel efetivo de negociador, facilitando o retorno do poder hondurenho à legitimidade das urnas.

Até que ponto a neutralidade de Obama se deve apenas à prudência? Os EUA mantêm em Honduras uma base militar com centenas de soldados; a CIA atua na vida política hondurenha abertamente há décadas. Juan Barahona, também do Bloque Popular, vê “um apoio discreto por parte dos EUA”, que publicamente se dizem contra o golpe, mas, com a indicação de Arias, na prática deram “força aos seus executores”.

Um mês após ser deposto, após várias promessas de que voltaria ao país, Zelaya por fim desafiou os golpistas – ainda que apenas timidamente e por poucos minutos. Num posto fronteiriço, a partir da Costa Rica, ele adentrou alguns metros em seu país, cercado por uma centena de jornalistas da imprensa internacional que o acompanhava. Fortemente armados, soldados hondurenhos bloquearam os acessos à fronteira, impedindo que várias centenas de seguidores do presidente acudissem ao local. Apesar disso, alguns conseguiram vencer os obstáculos caminhando por muitas horas entre montanhas.

As iniciativas de Zelaya têm se mostrado débeis e ele parece perder popularidade – segundo pesquisas locais, que, apesar de pouco confiáveis, soam coerentes. Ainda que, de algum modo, consiga voltar à presidência, provavelmente sua força já estará bastante abalada. Sua destituição, de qualquer forma, é algo que contribui para tornar cada vez mais rasa a democracia da paupérrima Honduras – palavra que, ironicamente, em castelhano, significa profundezas. ■

Demonstração pró-Zelaya na capital, Tegucigalpa: o apoio ao presidente deposto parece diminuir

Olman Martinez/LatinContent/Getty Images





Uribe e Obama: ampliação da presença dos EUA não é para agora

ALGO MUDOU. E, PARECE, PARA PIOR

O malsucedido acordo para o combate ao cultivo de drogas segue sem alterações importantes. Mas, no jogo da geopolítica, um novo lance dos EUA preocupa os vizinhos sul-americanos

por Natália Viana, de Bogotá

EM 13 de setembro do ano passado, uma senhora levou seus dois filhos, de 2 e 4 anos, à Defensoria do Povo do estado de Nariño, sul da Colômbia. Diante dos defensores, Aramina Hurtado Bermudez tirou a roupa das crianças para mostrar as feridas vermelhas que lhes cobriam o corpo. Ela contou como as duas foram atingidas, quando tomavam banho em um rio perto do sítio onde moram, pelo glifosato aspergido por aviões militares durante uma fumigação aérea. Os meninos não paravam de se coçar. A queixa contra a polícia antinarcóticos e a Direção Nacional de Estupefacientes, no entanto, nunca foi feita, porque o Instituto Departamental de Saúde alegou não ter recursos humanos e técnicos para determinar a causa das feridas. “Não pudemos fazer mais nada”, lamenta Nuri Ortiz, assessora da defensoria. Segundo ela, há muitas vítimas parecidas em locais mais remotos.

As fumigações aéreas estão no coração do Plano Colômbia, tratado bilateral de combate ao narcotráfico assinado em 2000 entre nosso vizinho sul-americano e os EUA. A cada ano, cerca de 150 mil hectares são fumigados na Colômbia — sem consulta prévia às comunidades e nem mesmo aos governos locais. A influência americana nas políticas antidrogas colombianas pode ser medida pelo aporte financeiro desde o início do Plano Colômbia: 5 bilhões de dóla- ▶



Fumigação de coca: apesar de os resultados terem sido fracos, o plano segue

res. A Colômbia tornou-se um aliado militar dos mais próximos, recebendo desde equipamentos até treinamento ministrado pelos cerca de 250 soldados americanos atualmente lotados no país – nas bases de Larandia e Três Esquinas – ou das centenas de mercenários contratados diretamente pelo Estado americano para apoiar a guerra contra as drogas – cerca de 600.

Inicialmente, o plano tinha como objetivo reduzir a produção de cocaína colombiana em 50% nos primeiros anos. Não conseguiu. Um relatório do Congresso americano publicado em novembro de 2008 atesta o fracasso: a produção de cocaína aumentou em 15% entre 2000 e 2006, ao invés de diminuir. Além disso, a Colômbia continua sendo a fonte de 90% dessa droga consumida nos EUA.

Os resultados abaixo da expectativa são acompanhados por violações de direitos humanos, em especial por parte de forças paramilitares, o braço invisível do Exército colombiano. Segundo a Comissão Colombiana de Juristas, em 1988 ocorreram dez assassinatos políticos por dia no país; em 2003, o número havia dobrado. Além dos problemas causados pelas fumigações, a quantidade de refugiados internos, que já somam entre 3 e 4 milhões – algo situado entre 6% e 9% da população colombiana, um dos maiores índices do mundo.

De vocação predominantemente militar, o Plano Colômbia pouco atacou os problemas estruturais por trás da produção das drogas. Em regiões cocaleiras, o nível de pobreza chega a ser o dobro da média nacional. “As pessoas se dedicam à produção pela falta de alternativas de vida

dentro da legalidade”, explica o defensor do Povo de Nariño, Alvaro Raul Vallejos. “O governo segue combatendo o que é mais evidente, o conflito e o narcotráfico, mas não ataca o essencial do problema”.

Por isso, quando o presidente americano Barack Obama tomou posse, em janeiro, houve grande expectativa de que o Plano Colômbia – e a política americana antidrogas em geral – mudasse de tom. Até agora, no entanto, as atitudes da administração Obama não são animadoras. “Ainda não se pode falar de uma política para América Latina da era Obama porque não houve ainda mudanças de pessoal”, diz Adam Isacson, diretor para América Latina do Center for International Policy. “Nada mudou no Departamento de Estado e os mesmos embaixadores continuam em quase todos os países da região”.

MUDANÇA ORÇAMENTÁRIA

A proposta orçamentária do governo dos EUA para 2010, apresentada em maio, parece confirmar, em linhas gerais, a impressão de Isacson. Por um lado, a ajuda financeira total para a Colômbia diminuiu, embora pouco: de 545 milhões de dólares para 518 milhões. A proposta reduziu os recursos destinados às operações de combate às drogas (de 247,5 milhões para 216 milhões de dólares), incluindo um leve corte na verba para as fumigações aéreas. Mas elevou em 30% a verba para operações militares não específicas ao combate às drogas – de 57,6 milhões para 74,6 milhões. Boa parte dessa verba deve ir para projetos que combinam ações militares com assistência econômica e social, como o Plano de Consolidação Integral de La Macarena (PCIM), nova aposta do governo do presidente colombiano Alvaro Uribe.

La Macarena é uma região rural no departamento de Meta, no centro da Colômbia, marcada pela pobreza, pela produção de coca e pela total ausência do Estado, tendo sido tradicionalmente controlada pelo grupo guerrilheiro rebelde Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Desde 2007, seis municípios na região têm servido como piloto para o plano.

Em suma, o PCIM pretende ir além da empreitada militar. Depois de retomado o controle de uma região, ocorre a erradicação manual dos cultivos, seguida pela aplicação de programas sociais e educativos, além de concessão de crédito para os agricultores mudarem de cultivo – em especial

para o cultivo de dendê, principal base para o projeto do biodiesel colombiano, menina dos olhos do governo Uribe.

Para muitos, o PCIM, com proposta de investimento no desenvolvimento das regiões mais necessitadas, corrige os erros que os críticos apontavam no Plano Colômbia. Ao atrelar incentivos sociais e econômicos à empreitada militar, o PCIM pode, no entanto, enfrentar os mesmos problemas do Plano Colômbia. Habitantes de La Macarena reclamam, por exemplo, que os paramilitares agiram na região antes mesmo do Exército, sendo responsáveis por dezenas de execuções extrajudiciais, ameaças e deslocamentos forçados.

MAIS INTELIGÊNCIA

Uma vertente da administração Obama parece ser favorável a um maior apoio a operações de inteligência e vigilância – outro uso a ser dado à porção da verba militar não atrelada ao combate ao tráfico. “Isso é resultado de operações militares bem-sucedidas, como a Operação Xequê [que libertou 14 reféns das Farc, incluindo Ingrid Bittencourt, em julho do ano passado]”, avalia Isacson. Ou seja: mais dinheiro para a agência de segurança colombiana, o DAS, cujo foco principal nos últimos anos tem sido espionar defensores de direitos humanos, líderes de oposição e dirigentes de organizações sociais. As escutas telefônicas e violações de e-mails e contas bancárias, que afetaram até mesmo membros do Judiciário, só emergiram este ano, levando à ordem de prisão de três ex-chefes do DAS, mas têm sido corriqueiras na vida de qualquer ativista que critique o governo colombiano. E mais ingerência dos militares americanos na guerra contra as Farc.

A notícia sobre o acordo militar que garantirá acesso a bases militares na Colômbia, que vazou pela imprensa em julho, parece apontar nessa mesma direção. O acordo, costurado em segredo pelos dois governos pelo menos desde fevereiro, deve garantir acesso a cinco instalações militares colombianas: as bases aéreas de Apiay, em Meta; Malambo, na costa atlântica; e Palanquero, no Norte; e as bases navais de Bahía Málaga, no Pacífico, e de Cartagena, no Caribe.

O total de soldados não deve exceder 1,4 mil homens, sendo 800 militares e 600 mercenários, conforme permitido pela legislação americana. Mesmo assim, esse contingente representa um salto em relação à base de Manta, no Equador, de

onde os americanos saíram em julho. Havia ali entre 200 e 300 soldados americanos, realizando operações antidrogas na costa pacífica. O novo acordo não se restringirá a operações antidrogas, mas também permitirá operações de contrainsurgência e antiterrorismo – indo na mesma direção das mudanças orçamentárias. Isso significa mais vigilância e inteligência, além do uso de equipamentos mais sofisticados nas operações contra as Farc, como os aviões P-3 Orions e E-3AWACS, que fazem vigilância aérea e interceptações de telefonia. Isso pode representar um forte golpe para as Farc e já se tornou uma fonte de preocupação para os países fronteiriços. “Uma grande proporção das missões deve ocorrer perto da fronteira com a Venezuela, em Catatumbo, Arauca, Vichada, onde está concentrada a insurgência”, diz Isacson.

TROPAS ESTRANGEIRAS

Fontes ouvidas pela revista *Cambio*, a primeira a vazou a notícia do acordo, afirmam que os negociadores americanos “farão valer a autonomia dos militares estadunidenses quando as operações transcenderem as fronteiras da Colômbia”. Ou seja: há, sim, a intenção de realizar missões além daquele território. “Vão fazer pior do que faziam em Manta”, diz o senador colombiano Jorge Robledo. “Vão atuar – e isso nunca tinha acontecido na Colômbia – não como assessores das nossas forças, mas como tropas estrangeiras operando aviões de guerra, barcos de guerra e tropas terrestres, ou seja, estamos falando de escalada militar norte-americana no continente”.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua colega chilena, Michelle Bachelet, pediram mais esclarecimentos a Uribe. Por conta disso, no início de agosto, o presidente colombiano iniciou um périplo por Peru, Chile, Brasil, Paraguai, Argentina, Bolívia e Uruguai para dar explicações sobre o acordo. “Não acho que vai haver mais presença americana agora”, avalia Isacson. “Os americanos podem estar ampliando as bases para aumentar a presença no continente em dez anos”.

A preocupação dos países fronteiriços tem bases concretas, uma vez que assistiram ao poderio militar colombiano dobrar nos últimos dez anos – ao mesmo tempo em que viram ações hostis como a invasão do território equatoriano em 2008, em operação contra as Farc. A coisa é pior pela postura beligerante do alto escalão colombiano, como o ex-ministro da Defesa Juan Manuel Santos,

que defende publicamente ações daquele tipo. Além disso, acusações de que os governos vizinhos apoiam as Farc são cada vez mais frequentes e cada vez mais ruidosas. Apenas alguns dias antes de o acordo militar vir à tona, um vídeo em que o comandante guerrilheiro Mono Jojoy diz que as Farc fizeram doações de campanha para Rafael Correa, presidente do Equador, foi “vazado” para a imprensa internacional. Semanas depois, a imprensa colombiana repercutiu com estrondo a descoberta de mísseis lança-foguetes AT-4, de origem sueca, que teriam sido adquiridos pela Venezuela nos anos 1980 e que, de acordo com a revista *Semana*, foram encontrados pelo Exército colombiano em um acampamento das Farc no final do ano passado.

“Esqueça o lado ideológico da questão. Se você é um general em algum desses Exércitos vizinhos e o seu trabalho é pensar nas possíveis ameaças externas ao seu país, você terá de pensar na Colômbia. E, além disso, o aumento da presença americana em diversas bases, em especial naquelas próximas à Amazônia, com certeza é algo que deve chamar a atenção de todos os países vizinhos”, conclui Isacson. ■

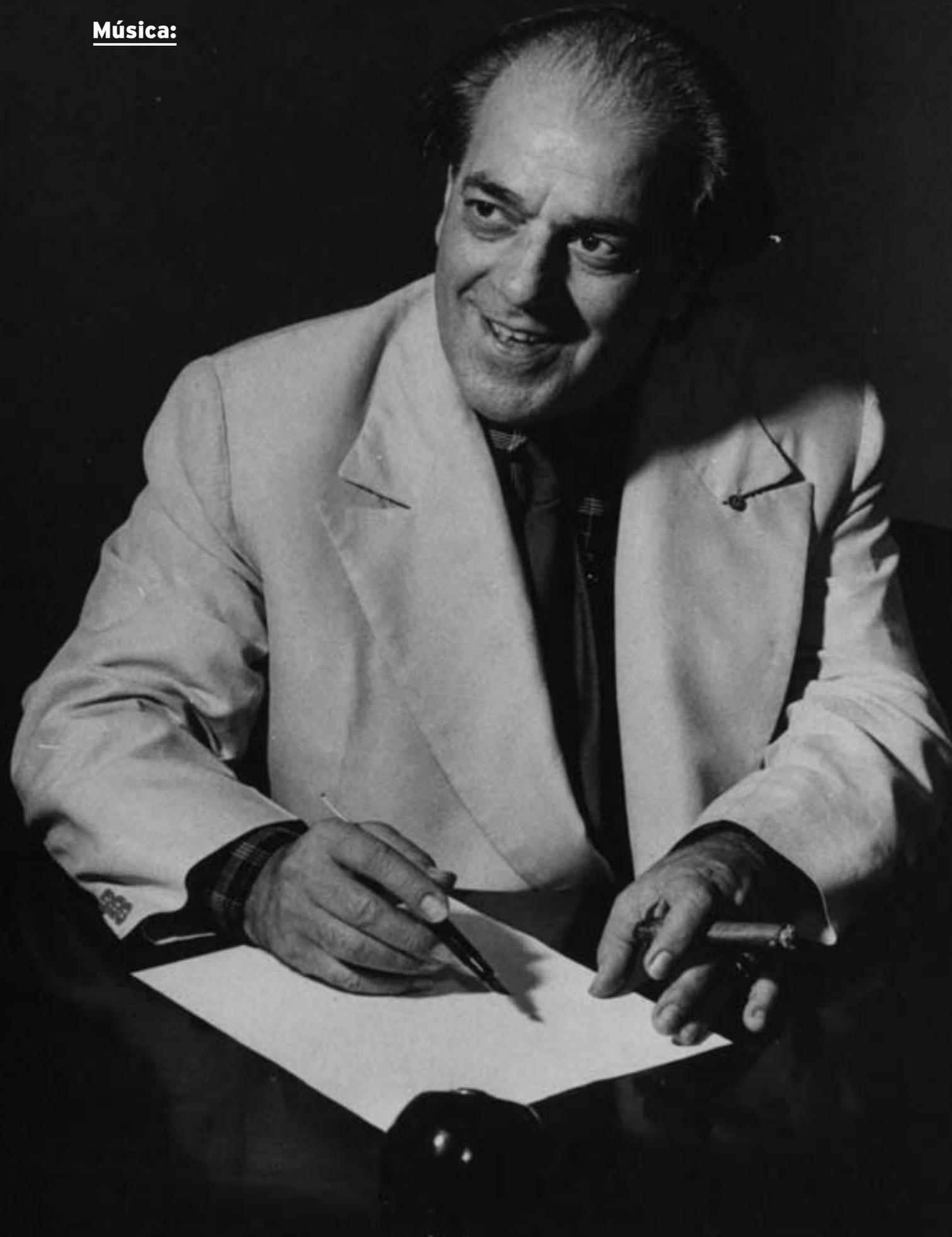
Natália Viana é jornalista e esteve na Colômbia a trabalho durante o mês de julho.

Mark Wilson/Getty Images



Uribe e Bush: Colômbia é aliado próximo

Música:



EVENTOS organizados em todo o mundo homenageiam este ano o cinquentenário da morte do maestro Heitor Villa-Lobos, tido e havido oficialmente como o maior compositor das Américas e “glória máxima do Brasil”. Villa empresta o nome a teatros, museus, parques, shoppings, viadutos e ruas – até a um Cabernet Sauvignon da Casa Valduga. Suas estátuas enfeitam praças. Seu retrato ilustrava os dois lados da antiga nota de 500 cruzados, que circulou entre 1986 e 1990. Adjetivos abundam em suas biografias, servindo mais para confundir do que para defini-lo com precisão – genial, fundamental, seminal, exuberante, petulante, oportunista, autoritário. Ele era tudo isso, sim, mas era muito, muito mais.

Em março do ano passado, o portal de *O Estado de S. Paulo* publicou uma surpreendente e histórica reavaliação do homem e da obra, na forma de um ensaio redigido por um professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP), que durante quase 30 anos o executou em sala de aula. A reavaliação é histórica porque o autor não é um professor qualquer. Trata-se do importante compositor Willy Corrêa de Oliveira, que, ao lado de Damiano Cozzella, Rogério Duprat, Régis Duprat, Sandino Hohagen, Júlio Medaglia, Gilberto Mendes e Alexandre Pascoal, foi líder do movimento vanguardista Música Nova, de oposição à chamada escola nacionalista, fundada por Villa-Lobos.

Quando se publicou o manifesto do Música Nova em março de 1963, o compositor alemão Karlheinz Stockhausen

(1928-2007), papa da música eletrônica, era o máximo para os vanguardistas. Eles se consideravam “totalmente comprometidos com o mundo contemporâneo”. Em música, valorizavam o impressionismo, o politonalismo, o atonalismo, as músicas experimentais, o serialismo, os processos fonomecânicos e eletroacústicos em geral. Na cultura brasileira, destacavam a “tradição de atualização internacionalista (...), apesar do subdesenvolvimento econômico, estrutura agrária retrógrada e condição de subordinação semicolonial”. Para o pessoal do Música Nova, “participar significa[va] libertar a cultura desses entraves [infraestruturais] e das superestruturas ideológico-culturais que cristalizaram um passado cultural imediato alheio à realidade global [logo, provinciano] e insensível ao domínio da natureza atingido pelo homem”. O manifesto terminava com uma frase do poeta soviético Maiakovski: “Sem forma revolucionária, não há arte revolucionária”.

LOROTAS DE VILLA

Por tudo isso, para o pessoal do Música Nova, os músicos nacionalistas – inspirados em motivos regionais, rurais, étnicos e folclóricos – só podiam ser o “atraso e a reação”, como afirmou o líder dos vanguardistas, Hans Joachim Koellreutter, na resposta que deu à Carta Aberta do maestro Camargo Guarnieri, de 1950. Nessa carta, Guarnieri acusou os vanguardistas de orientarem os jovens “num sentido contrário ao dos verdadeiros interesses da música brasileira”, de

praticar “uma nefasta infiltração formalista e antibrasileira”.

Esperto, o próprio Villa-Lobos preferiu incluir-se fora dessa querela, mas, como era considerado o precursor do nacionalismo musical, teve de ser assassinado “pela minha geração” (no sentido freudiano, é claro), afirma Willy em seu ensaio. A ruptura do professor com a vanguarda é mais antiga, data do final dos anos 1970. Na época militante do Partido Comunista Brasileiro e já reconvertido ao tonalismo, o compositor publicou, no jornal *Voz Operária*, uma partitura do hino comunista A Internacional, transcrita de maneira a ser lida “por qualquer bandinha do interior”. Anos depois, Willy compôs o hino do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Sua birra contra Villa-Lobos, porém, continuou firme. Até que, em outubro de 2007, experimentou uma revelação parecida com a de São Paulo na estrada de Damasco – a comparação é dele mesmo. Certo dia, a caminho da sala de aula, ouviu no rádio do carro a série das Cirandas. Ficou fascinado, “estatelado”. “Antes que a série chegasse ao fim, me dava conta, estuporado, do sentido desconunal, copioso, fabulosamente engenhoso dessas obras tão singulares e necessárias quanto os Prelúdios de Chopin. E me foi possível receber o significado delas como quem se abre para uma epifania”.

O ensaio de Willy Corrêa de Oliveira é relevante para a compreensão de Villa-Lobos pelo julgamento que faz de suas opções técnicas e estéticas, que, de ▶

VILLA-LOBOS

maestro dos Brasis

O homem considerado nossa maior glória musical morreu há 50 anos. Até hoje, no entanto, as tentativas de definir sua vasta obra são insuficientes. Talvez porque ela reflita como nenhuma outra a complexidade de nossa riqueza cultural

maneira geral, subvertem os postulados gramaticais e sintáticos considerados “corretos” pelos cultores normativos da chamada “grande música”. Villa-Lobos, diz o professor, “foi grande cultor de melancolias, (...) de delicadezas, de grosserias, de cantos populares, de cantos impopulares, de fanfarras, de invenções supremas, de banalidades insuportáveis, imponderáveis, carioca e estrangeiro (da Terra do Nunca). Escrever sobre Villa-Lobos é fazer rol de exageros e o único atenuante está em que nunca se exagera o bastante que alcance a magnitude do enredo de sua complexidade. Contradições adoidadas, geniais”.

DECOLAGEM

Quase sempre é possível separar o artista de sua obra. No caso de Villa-Lobos, é importante percorrer a biografia para iluminar a obra, principalmente pelo fato de suas escolhas terem sido feitas, em geral, de maneira constrangedoramente consciente e de ele ter forjado, com base em histórias inventadas, alterações nas datas de suas composições etc., uma imagem social que fosse coerente com as suas opções.

Heitor Villa-Lobos nasceu no bairro de Laranjeiras, no Rio de Janeiro, em 5 de

março de 1887. Seu pai, Raul Villa-Lobos, era funcionário da Biblioteca Nacional, autor de livros didáticos, tradutor, militante político e músico amador. Sócio do Clube Sinfônico, costumava levar o filho à ópera e o ensinou a tocar violoncelo e clarineta.

Villa, que não chegou a concluir o secundário, também não frequentou cursos de música com muita regularidade. De acordo com as biografias oficiais do compositor, em especial a de Vasco Mariz, Villa-Lobos teria aprendido a tocar violão sozinho, frequentando rodas de choro, onde teria conhecido os chorões João Pernambuco, Pixinguinha, Donga, Catullo da Paixão Cearense e Anacleto de Medeiros, entre outros. Essas biografias costumam repetir também que ele teria se interessado pelo compositor barroco alemão Johann Sebastian Bach desde criança, ouvindo a tia Zizinha, pianista, executar *O cravo bem temperado*. Ainda segundo essa versão, teria sido precoce a sua percepção das semelhanças da música de Bach com as modas de viola caipira, um suposto embrião da ideia de que a obra desse compositor seria um repositório do folclore universal e, nessa condição, o farol do programa musical villalobiano.

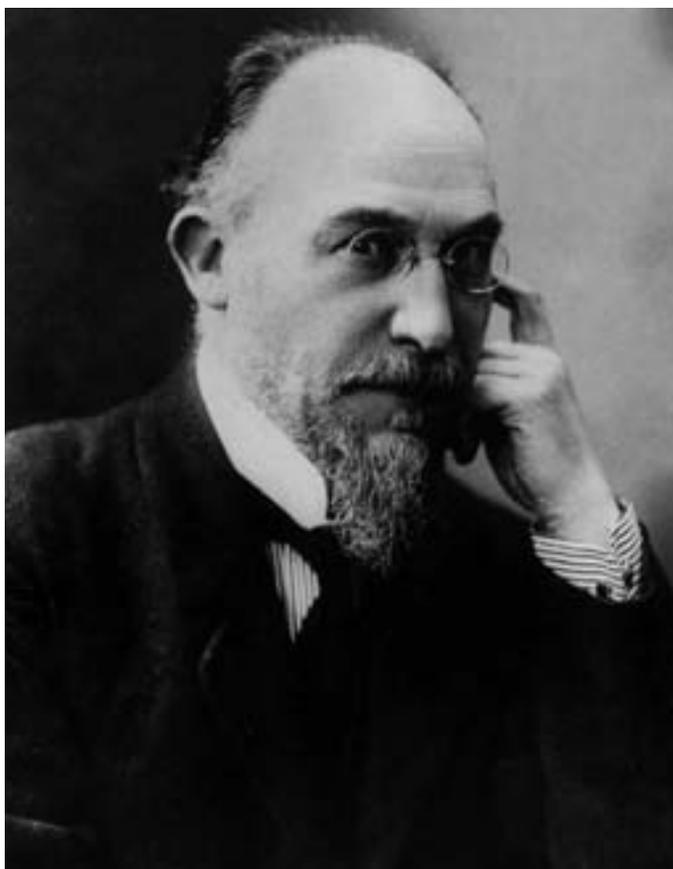
Pelo menos em parte, essas e outras histórias do gênero são lorotas, construídas pelo próprio Villa-Lobos para valorizar as suas raízes “brasileiras” e “populares”. Em importante estudo de 2003 sobre o desenvolvimento da carreira de Villa-Lobos a partir de sua primeira visita a Paris, em 1923, o antropólogo Paulo Renato Guérios afirma que não é possível saber detalhes do contato do compositor com os músicos populares de sua cidade. Se, por um lado, ele compartilhava os mesmos espaços, tinha a mesma posição socioeconômica e havia aprendido a tocar o violão, instrumento dos chorões, por outro, a sua formação erudita e o seu trabalho em orquestras o separavam dos artistas populares. Só a partir dos anos 1920 a música popular começou a ser valorizada a ponto de se tornar um dos símbolos da nacionalidade. Antes disso, porém, diz Guérios, os músicos populares eram humilhados com expressões como “compositores de maxixes” ou “assobiadores”.

No final do Império, de acordo com Guérios, a música erudita que predominava no Rio de Janeiro era o canto lírico italiano. Com a inauguração da República, o Imperial Conservatório de Música foi transformado no Instituto

Reprodução



Villa-Lobos em Paris, nos anos 1920 (acima): lá ele descobriu que Debussy já era e que Satie (à dir.) é quem estava na vanguarda. Influenciado por Milhaud (na pág. ao lado), tornou-se brasileiro para ouvidos franceses



Nacional de Música. Seu novo diretor, o compositor Leopoldo Miguéz, destronou os italianos e adotou os novos valores do alemão Richard Wagner e do francês Camille Saint-Saëns. Foi nesse ambiente que Villa-Lobos se formou, tendo posteriormente trocado a “modernidade” de Wagner pela estética “revolucionária” de Claude Debussy.

Em 1904, Villa-Lobos entrou no Instituto Nacional de Música. Suas primeiras sinfonias, segundo seu próprio depoimento ao biógrafo Mariz, seguiram as regras do curso de composição de Vincent D’Indy, ligadas ao wagnerismo. Outra composição da época – *Naufrágio de Kleonicos* – foi inspirada em Saint-Saëns, e a ópera *Izabt*, no “lirismo sensual de Puccini” e nas “concepções wagnerianas de leitmotiv”. Logo em seguida, Villa compôs as *Danças características africanas*, usando a escala dos tons inteiros, e a *A prole do bebê*, inspiradas no Children’s Corner de Debussy.

Sempre segundo Guérios, com essas iniciativas, Villa quis demonstrar que compunha como seus colegas consagrados, mas, sobretudo, que estava além de todos eles. O compositor seguia as regras estéticas vigentes no cenário erudito do Rio de Janeiro, incluindo um afastamento da música popular. Guérios garante que,

ao longo da década de 1910, “é quase completa a ausência de elementos estéticos ligados à música popular, apesar do contato do compositor com os chorões. (...) Uma pesquisa atenta em seus arquivos revela que essa retórica e esse projeto praticamente não fizeram parte dos planos do compositor até sua ida a Paris, em 1923”.

PRA FRANCÊS OUVIR

Com base num repertório que adotava os elementos mais “modernos” da linguagem musical disponível no País, a carreira de Villa-Lobos começou a decolar a partir de 1915. Foi nesse período que ele conheceu o pianista polonês Arthur Rubinstein, um de seus futuros grandes apoiadores, que em 1923, em Paris, executou em primeira audição *A prole do bebê*, e a quem dedicaria o *Rudepoema*, em 1926. Pela fama de “moderno”, Villa-Lobos foi o único compositor convidado para se apresentar nos três dias da Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo. Ali, teve a oportunidade de ampliar o seu círculo de relações sociais e angariar o apoio de muitos mecenas, incluindo as famílias da elite paulistana Guinle, Pentead e Prado, que bancaram parte das despesas de suas viagens a Paris, em 1923 e em 1927, fundamentais para a sua trajetória.

A tese de Guérios é que Villa-Lobos só se tornou um músico “brasileiro” depois da primeira viagem que fez a Paris, entre julho de 1923 e setembro de 1924. Quando chegou à capital da França, descobriu, em contato com representantes da nata da vanguarda francesa – entre os quais o poeta e dramaturgo Jean Cocteau, o escritor Blaise Cendrars e o compositor Erik Satie –, que a sua “modernidade” estava defasada. Debussy já era. O novo agora era Satie, que, em associação com Cocteau e Pablo Picasso, brilhava em espetáculos como

Parade, apresentado pela companhia dos Ballets Russes de Serguei Diaghilev.

Sempre sedenta de novidades, Paris estava também interessada no exotismo de países distantes, e o Brasil aparecia com destaque nesse cenário pelas iniciativas do compositor Darius Milhaud, discípulo de Satie e integrante da missão diplomática francesa no País entre 1917 e 1919.

Num artigo publicado em 1920, Milhaud lamentou o fato de que os compositores brasileiros, entre os quais Villa-Lobos, não aproveitavam os temas do folclore nacional, “tão rico em ritmos e de uma linha melódica tão particular”, nem expressavam o elemento nacional “de uma maneira mais viva e mais original”, preferindo refletir as fases que se sucederam na Europa, de Brahms a Debussy. Se tinham 60 anos, iam de Wagner ou Saint-Saëns. Se 30, iam de Debussy, escreveu Milhaud. Essas observações calaram fundo em Villa-Lobos, que se tornara amigo do francês ainda no Rio de Janeiro.

É nesse contexto parisiense de 1923, afirma Guérios, que Villa se convenceu da conveniência de compor música com conteúdo nacional e a adotar a identidade “brasileira”, conforme valorizavam os franceses. O compositor passou então a compor músicas para francês ouvir, isto é, contendo elementos indígenas exóticos, atitude que seria depois criticada de maneira azeda por Mário de Andrade, que atribuiu parte do sucesso do artista a essa concessão.

Essas críticas devem ser relativizadas, no entanto. Entre 1924 e 1927, antes de voltar para Paris, Villa compôs algumas de suas obras-primas, entre as quais se destacam os Choros nº 5, nº 6, nº 8 e nº 10, chamados de “verdadeiro dicionário da música brasileira” e tidos pelo crítico Luiz Paulo Horta como a principal contribuição do compositor para as músicas brasileira e universal. Também são desse período as Cirandas, peças para piano baseadas em temas folclóricos, que Willy Corrêa de Oliveira coloca no mesmo patamar dos Prelúdios de Chopin, “uma invenção absoluta”.

Após uma estada de mais três anos na Europa – durante os quais ele compôs os importantes *12 Estudos para violão*, peças sem paralelo no repertório, dedicados a Andrés Segovia, que os comparou aos Estudos de Chopin –, Villa-Lobos voltou ao Brasil disposto a executar o seu ▶

Reprodução



projeto nacional, que inicialmente havia sido esboçado por Mário de Andrade. Nele, a figura central é Johann Sebastian Bach, “síntese de seis séculos musicais”, segundo o escritor paulista, e que compartilharia com a tradição brasileira, a suíte, forma musical que encadeia vários movimentos de dança. Para Villa-Lobos, Bach seria uma condensação do folclore universal. Enfim, a base sobre a qual buscou compor o retrato musical do País, como diz o historiador Loque Arcaño Jr, que redigiu tese de mestrado sobre o modernismo musical nas *Bachianas Brasileiras*.

A volta de Villa-Lobos ao Brasil coincidiu com a queda da República Velha e a vitória da Revolução de 1930, sob o comando de Getúlio Vargas. Em São Paulo, o músico caiu nas graças do interventor João Alberto, um pianista amador. Em 1931, organizou a Caravana de Arte Brasileira, que percorreu mais de 50 cidades do interior paulista, com a participação de grandes artistas, como os pianistas João de Souza Lima, sua esposa, Lucília, Guiomar Novaes e Antonieta Rudge. Começou a organizar em São Paulo as grandes concentrações do Canto Orfeônico e, como resultado, foi dirigir a Superintendência de Educação Musical e Artística (Sema) do Ministério da Educação.

NACIONALISTA É POUCO

Villa estava convencido de que o povo pode ser educado e atingir patamar superior de civilização por meio da música. Achava que os brasileiros não estavam preparados para ouvir Bach, suprassumo da civilização ocidental. O remédio seria então prepará-los por meio da educação musical. Já em 1930, começou a compor as *Bachianas Brasileiras*, “transfigurando” temas do folclore nacional na linguagem do mestre de Leipzig, e a transcrever para o piano e o violoncelo peças do teclado de Bach. Em 1932, compôs o primeiro volume do *Guia Prático*, um conjunto de 137 cantos infantis, fazendo depois arranjos especiais de uma seleção dessas peças para o piano. O segundo volume contém hinos nacionais e escolares, além de canções patrióticas, algumas delas com loas aos trabalhadores e à figura de Vargas, segundo a cartilha do Estado Novo.

O período da experiência de servidor público da ditadura getulista é a mais controvertida da vida do compositor. Costuma-se dizer que, com as *Bachianas*, ele



Villa com Audrey Hepburn: pioneiro das trilhas sonoras nacionais, ele produziu para Hollywood nos anos 1950

teria trocado as ousadias inventivas por uma volta acomodada ao neoclassicismo. Em artigo publicado em dezembro de 1987, o compositor Lorenzo Mammi afirmou que, “no fundo, a *Bachianas n° 5* não são mais que uma redução tradicionalista e bem educada das últimas duas canções da Suíte para canto e violino, de 1923”. Mas, tirante o fato de que fenômeno semelhante aconteceu com outros compositores “antes” atrevidos, como Stravinsky – talvez porque a busca frenética pelo “novo” também se esgotou –, as *Bachianas* correspondem à assinatura universal de Villa-Lobos. Qualquer cantora lírica que se preze tem no repertório a *Bachianas n° 5*, chame-se Renée Fleming ou Anna Moffo, Anna Netrebko, Victoria de los Angeles, Bidu Sayão, Arleen Auger, Kathleen Battle, Josira Salles e tantas outras. Ponto.

Também já se relativiza o colaboracionismo de Villa com o Estado Novo. O crítico musical mais mal-humorado do País, José Ramos Tinhorão, confessou recentemente ao jornal *Valor Econômico* que se arrependeu de escrever o artigo para o *Jornal do Brasil*, nos anos 1970, em que dizia que o compositor era “o maestro da ditadura”. “Claro que ele foi um funcionário da ditadura (...). Mas cheguei à conclusão de que Villa-Lobos não colaborou com a ditadura, ele a usou”.

É óbvio que não se deve escamotear o papel social dos artistas. Mas a crítica deve ser suficientemente equilibrada para

que não se caia no sectarismo dos israelenses que proíbem as audições de Wagner porque ele era antissemita, ou de alguns leitores que evitam os livros de Fernando Pessoa por causa de seu anticomunismo espumante.

Como não estava no País em 1945, quando Vargas foi derrubado, a imagem do maestro, já conhecida no mundo inteiro, acabou sendo poupada. Isso contribuiu para que ele continuasse a sua carreira internacional, nos EUA e na Europa. Figura admirada pelos franceses desde os anos 1920, nos anos 1940 tornou-se uma personalidade de destaque entre os americanos, inicialmente empurrado pela política da boa vizinhança do presidente Franklin Roosevelt. Villa, que havia sido pioneiro na composição de trilha sonora para o cinema brasileiro, em 1937, com *Descobrimiento do Brasil*, de Humberto Mauro, foi convidado, em 1958, pela Metro Goldwyn Mayer para fazer a trilha de *Green mansions* (Floresta Amazônica), dirigido por Mel Ferrer e estrelado por Audrey Hepburn e Anthony Perkins.

O crítico Luiz Paulo Horta diz que os quartetos para cordas constituem “a mais rigorosa das formas musicais, aquela que não admite ‘enchimentos’, onde o artista não tem como disfarçar eventuais falhas técnicas ou de inspiração”. Quer dizer, são obras de artistas consumados. Horta sublinha que, no

século XX, o compositor húngaro Bela Bartók escreveu seis quartetos; o alemão Paul Hindemith, sete; o russo Serguei Prokofiev, dois; e o russo Igor Stravinsky, nenhum. Ora, Villa-Lobos compôs 17. Seis até 1938. Os demais, a partir de 1942. O músico morreu em 1959, antes de concluir o 18º.

Talvez ainda não seja possível definir com precisão a personalidade tão complexa do maestro Heitor Villa-Lobos. Sua biografia merece importantes reparos, só viáveis com o aprofundamento das pesquisas já em curso. E sua obra necessita urgentemente de uma edição crítica, que certamente levará anos para ser concluída.

Já é possível, porém, fazer algumas afirmações sobre o que ele não era, como fez Willy Corrêa de Oliveira. No

seu ensaio-epifania, o professor afirma, com todas as letras, que Villa-Lobos não era “nacionalista”. “Usou em proporções equivalentes, tanto materiais de folclore brasileiro, como imitou materiais encontráveis na História da Música, como inventou novos materiais para a História da Música: não é – por sua obra – o que se poderia chamar de gigante ‘nacionalista’. Universal. E não por tornar saboreáveis mundialmente elementos do folclore brasileiro, mas pela força de expressão de uma obra múltipla e complexa, testemunho de poder criador do HOMEM, e não como exotismo (como atrativo turístico circunscrito à estreitura de sentido de uma fronteira geográfica)”.

Villa-Lobos, diz Willy, foi um trágico, “como foram todos os criadores do sé-

culo XX”. Um trágico que define, como ninguém, a identidade e a pluralidade cultural dos brasileiros, tão sem fronteiras que ainda parece indefinida. E que, por essa razão, é matéria de preocupação obsessiva há décadas, e não apenas entre os chamados explicadores do Brasil. Discutir a identidade brasileira constitui, na verdade, uma espécie de esporte nacional. Basta pensar nos embates entre Oswald e Mário de Andrade, entre o pessoal da Música Nova e os nacionalistas, entre os defensores da MPB herdeira da bossa nova e da canção de protesto, de um lado, e o tropicalismo, do outro. Villa-Lobos, que se gabava de ter como primeiro livro o mapa do Brasil, também se chateava quando, no exterior, o chamavam de músico “brasileiro”. Achava que era uma maneira de ser diminuído. Vá entender! ■

Dirigindo exibição de canto orfeônico no estádio do Vasco: ligação com Vargas



Para ouvir Villa

A OBRA de Villa-Lobos é vastíssima, beirando as 2 mil composições, em que se destacam 12 sinfonias; 14 *Choros* para diversas formações; 9 *Bachianas brasileiras* para câmara e grande orquestra; 12 *Estudos* para violão; poemas sinfônicos; a *Missa de São Sebastião*; 4 suítes sinfônicas; a suíte *Emperor Jones*; concertos para piano e orquestra, para violoncelo e orquestra, para gaita de boca e orquestra, para violão e orquestra; a ópera *Yerma*, o balé *Floresta Amazônica*; a *Fantasia concertante* para violoncelos; o *Momoprecoce* para piano e orquestra; as *Cirandas*, para piano, etc. Parte importante dessa obra está gravada por artistas nacionais e estrangeiros e pode ser adquirida por encomenda.

Dois *Choros* (nº 5 e nº 10), quatro *Bachianas* (1, 2, 3 e 5) e a *Sinfonia* nº 4 podem ser ouvidas no site da Fundação José Guillermo Carrillo, da Venezuela (www.fundacionjoseguillermocarrillo.com/sitio/musclasica_heitor_villa_lobos.php). Trechos de outras composições podem ser ouvidas na página do Museu Villa-Lobos (www.museuvillalobos.org.br/villalob/musica/index.htm).

JEAN ROUCH ENTRE NÓS

A obra do cineasta-antropólogo francês famoso por seu trabalho sobre povos africanos pôde ser, pela primeira vez, vista em seu conjunto e debatida em profundidade no Brasil

por Mateus Araújo Silva

DA FORMAÇÃO inicial de engenheiro ao fascínio pelo surrealismo, da experiência da II Guerra Mundial à descoberta da África, da conversão etnográfica nos anos 1940 à fecunda aventura cinematográfica do pós-guerra que veio desdobrá-la, o francês Jean Rouch (1917-2004) atravessou o século como se vivesse sete vidas cheias de facetas e paradoxos. Ele foi ao mesmo tempo eminência parda do cinema francês moderno, antropólogo africanista com doutorado defendido na Sorbonne em 1952 sobre os Songhay, pesquisador por anos a fio do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS, órgão francês de apoio à pesquisa científica) e autor da obra mais importante de todos

os tempos no campo do filme etnográfico. Como objeto privilegiado de seu trabalho cinematográfico e antropológico, ele elegeu alguns países da África Ocidental (sobretudo Níger e Mali, mas também Costa do Marfim e Gana), dos quais nos deixou um acervo de imagens e sons sem paralelo no mundo. Também filmou muito na França e noutros países, revelando sempre, por onde tenha andado, curiosidade pelas diversas culturas e vontade de compreendê-las.

Apesar de muita gente no Brasil ter ouvido falar do cineasta francês, poucos o conheciam suficientemente bem. Daí a ideia de organizar a Retrospectiva e os Colóquios Jean Rouch entre nós, que já se

realizaram em algumas capitais brasileiras e podem seguir até o final deste ano para outras cidades do País. A iniciativa se justifica, entre outras razões, pelo fato de que Rouch estabeleceu com o Brasil uma relação de amizade e interesse recíprocos desde os anos 1960, quando nos visitou pela primeira vez e travou um contato mais próximo com alguns dos expoentes do nosso Cinema Novo, cujos trabalhos e declarações no início daquela década já revelavam certa influência das suas propostas. Desde então, vários dos nossos melhores cineastas (Glauber Rocha, Joaquim Pedro de Andrade, Paulo César Saraceni, David Neves, etc.) mantiveram uma postura de respeito e admiração por sua obra.

Divulgação



No Níger, Rouch (câmera na mão) produz *Pouco a pouco* (na pág. ao lado, cena do filme, rodado em Paris, com Safi Fayer)



Segundo depoimento de Saraceni em 1965, Rouch lhe teria dito pessoalmente em Florença, no Festival dos Povos daquele mesmo ano, que “o Cinema Novo brasileiro lhe parecia a coisa mais importante acontecida no cinema desde Eisenstein”. De acordo com Saraceni, “Rouch estava impressionadíssimo com o Cinema Novo”. Antes mesmo de conhecê-lo, Rouch quase viera ministrar no Rio de Janeiro um curso de cinco meses sobre documentário, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e do Ministério de Relações Exteriores, a alguns dos futuros participantes da segunda geração do movimento (Eduardo Escorel, Luís Carlos Saldanha, Arnaldo Jabor e vários outros). Por um capricho do destino, o professor escolhido para o curso iniciado em novembro de 1962 acabou sendo o suéco Arne Sucksdorf – que por aqui ficou. Contado por Eduardo Escorel, esse episódio faz pensar no verso de Manuel Bandeira sobre “a vida inteira que poderia ter sido”, uma vida inteira para o cinema brasileiro. O leitor já pensou no quanto as lições de um Rouch em plena ebulição criativa teriam fecundado a segunda geração dos cinemanovistas antes mesmo que a primeira alçasse seus voos nos festivais europeus?

Azar à parte, Rouch acabaria vindo, com Edgar Morin, ao Festival do Rio em 1965, e retornando ao Brasil em 1967, 1971, 1973, 1975, 1979 e 1996. No início da década de 1970, ele chegou a acalentar um projeto (jamais levado a cabo) de fazer, com seu amigo Thomaz Farkas, três filmes por aqui: um filme etnográfico na Bahia, outro sociológico em São Paulo e

um terceiro, de ficção, no Rio. Desentendimentos com Ruy Guerra quando de uma experiência comum de oficinas de cinema e filmagens em Moçambique, em 1977, e uma agressão verbal inesperada de seu amigo Glauber Rocha no Festival de Brasília em 1979 não diminuíram sua amizade pelo Brasil nem o impediram de continuar manifestando sua admiração pelos colegas brasileiros, tais como Alberto Cavalcanti e Jorge Bodansky, sobre os quais deixou textos admirativos já na velhice.

Apesar desses vínculos históricos, do lançamento recente em DVD, pela Videofilmes, de cinco dos principais filmes de Rouch (*Os mestres loucos*; *Eu, um negro*; *Jaguar*; *Crônica de um verão*; e *Touro e Bitti – os tambores de outrora*) e dos estudos já existentes ou em curso no Brasil sobre sua obra (dentre os quais merece destaque o belo livro de Marco Antônio Gonçalves, *O real imaginado: etnografia, cinema e surrealismo em Jean Rouch*, Topbooks, 2008), sua difusão e seu conhecimento entre nós permaneciam parciais e lacunares, raramente indo além de uma dezena de filmes mais famosos, e de um ou outro texto. Se muitos sabiam que Rouch é um cineasta fundamental e um africanista importante, pouquíssimos haviam tido um contato direto e efetivo com o conjunto de sua obra. Seus escritos numerosos ainda esperavam a iniciativa de editores audazes para serem traduzidos entre nós, e sua vasta filmografia ainda esperava retrospectivas mais amplas, para que seu conhecimento mais aprofundado deixasse de ser o privilégio de uns poucos que tiveram a sorte de ver seus filmes na França ou noutros países estrangeiros.

Para preencher essa grave lacuna no ambiente cultural brasileiro, concebi e

organizei, com Andrea Paganini e Juliana Araújo, em nome da Associação Balafon, de Belo Horizonte, uma ampla retrospectiva em quatro capitais brasileiras com 77 filmes de Rouch e 15 em torno dele. Junto com a retrospectiva, organizamos dois grandes colóquios internacionais sobre o antropólogo-cineasta em São Paulo e no Rio, estendidos em versões mais enxutas a Belo Horizonte e Brasília. Essa verdadeira “Caravana Rouch” teve uma longa gestação e resultou de um enorme esforço coletivo.

APOIO, QUASE SÓ O PÚBLICO

Sua gênese difícil e laboriosa, desde sua ideia inicial, em 2004, até sua realização, em 2009, ainda em curso, constitui um bom exemplo dos perigos de nossas leis de incentivo à cultura. Saudada com entusiasmo por todos os nossos interlocutores do cinema e da antropologia, considerada prioritária por especialistas das duas áreas, ela esbarrou amiúde nas negativas dos departamentos de marketing cultural de bancos, seguradoras, siderúrgicas, companhias de telefonia...

Apesar de aprovada pela Lei Rouanet, chancelada pelos comissariados brasileiro e francês do Ano da França no Brasil e amparada por um vasto grupo de parceiros institucionais, ela não teria acontecido sem o apoio maciço e incondicional da Secretaria do Audiovisual (SAV) e do Ministério da Cultura (Minc), que lhes garantiram mais da metade dos recursos previstos, secundados pelo Instituto Moreira Salles (27%), por um comitê de mecenas franceses obtido pelo Comissariado francês (11%) e pela Secretaria da Cultura de Minas Gerais (9%).

Trocando em miúdos: não fossem Sílvio Da-Rin (na SAV), Alfredo Manevy (no Minc), João Moreira Salles e José Carlos Avellar (no IMS), finos conhecedores da história do documentário e do cinema em geral, não admirassem eles o cinema de Rouch e não tivessem eles apoiado o projeto em suas respectivas esferas de atuação, a iniciativa privada teria simplesmente... privado o público brasileiro desse contato aprofundado com a obra rouchiana. A ausência de iniciativa das empresas e de conhecimento específico sobre Rouch de seus representantes (o IMS aqui foi a exceção que confirmou a regra) quase joga por terra nosso trabalho de anos e a generosidade dos parceiros franceses (quase todos estatais), da Fundação Jean Rouch (na ►



Tourou e Bitti, os tambores de outrora: Rouch filmou principalmente na África Ocidental francesa

pessoa incansável de sua viúva, Jocelyne Rouch) ao Comitê do Filme Etnográfico, da Cultures France ao CNRS, do Centro Nacional da Cinematografia (CNC) à Cinemateca da África e à associação dos amigos de Jean Rouch.

Apesar das dificuldades, a “Caravana Rouch” vingou e pôde percorrer, de junho a agosto, São Paulo (Cinemateca Brasileira), Belo Horizonte (Cine Humberto Mauro), Rio de Janeiro (Instituto Moreira Salles) e Brasília (Embaixada da França e Aliança Francesa). Talvez se estenda ainda ao Recife, a Salvador e a Florianópolis. Trazendo todos os filmes de Rouch em condições de serem projetados, a retrospectiva previu duas exhibições de cada um por cidade, dispondo-os em dois programas distintos e complementares, um privilegiando sua cronologia, outro reordenando-os em temas afins.

Com isso, oferecemos ao espectador brasileiro duas entradas ao universo de Rouch, como se ele pudesse observar a mesma paisagem com lunetas diferentes, verificando por conta a fidelidade de Rouch a suas preocupações, ou a constância de suas pesquisas, ou as transformações do seu estilo ao longo dos anos, ou as fases atravessadas em seu itinerário de cineasta. Tal espectador está podendo assim conhecer melhor a abordagem rouchiana, de filme a filme, dos ritos de possessão dos povos Songhay, do Níger, dos ritos funerários e da cosmologia dos povos Dogon, do Mali,

do embate entre aspectos tradicionais das culturas africanas e seus processos de modernização. Está se deslumbrando com a beleza de filmes como *Batalha no grande Rio* (1951), *Yenendi, os homens que fazem chover* (1951), *Os mestres loucos* (1955), *Eu, um negro* (1957-8); *Jaguar* (1954-67); *Caça ao leão com arco* (1958-65); *Gare du Nord* (1965); *Pouco a pouco* (1968-72); *Tourou e Bitti* (1971); *Horendi* (1972); *Pam Kuso Kar* (1974); *O Dama de Ambara* (1974); *Cocorico Monsieur Poulet* (1974); e *Dona água* (1992). Está conhecendo a série completa, tão preciosa, dos sete filmes que mostram, ano a ano, a cerimônia do Sigui entre os Dogon, de 1967 a 1973-4, ou os curiosíssimos filmes da velhice do cineasta, como *Eu cansado em pé, eu deitado* (1997).

Se a retrospectiva resultou de uma espécie de mutirão organizacional, os colóquios deram corpo a um mutirão epistemológico, estabelecendo uma verdadeira troca de dez dias entre diferentes gerações de antropólogos e estudiosos de cinema brasileiros e franceses, iniciando discussões sobre alguns temas quase virgens, sugerindo confrontações de Rouch a outros eminentes antropólogos (Lévi-Strauss, Marcel Mauss, Marcel Griaule, Germaine Dieterlen) ou cineastas (Flaherty, Godard, Pasolini, Pierre Perrault, Glauber Rocha), examinando de perto questões de fundo de seu cinema (as etnoficções, o cinetrans, seu uso particular do comentário off e de sua voz de narrador), relacionando-o

a figuras e iniciativas de proa do cinema brasileiro contemporâneo (Arthur Omar, Eduardo Coutinho, Andrea Tonacci, Vídeo nas Aldeias).

As retrospectivas e os colóquios terão um desdobramento imediato, pois a editora Cosac Naify estuda a possibilidade de publicar um livro com textos de e sobre Rouch, na esteira do evento. Por tudo isso, podemos dizer que essa “Caravana Rouch” foi muito além de tudo que já se fizera sobre o cineasta no Brasil e colocou provavelmente em novo patamar o conhecimento da sua obra entre nós. Atravessada por uma onda de afeto e amizade, ela sofreu um duro baque quando da parada cardíaca mortal do grande crítico e cineasta francês Jean-André Fieschi em plena conferência em São Paulo. Entre muitas outras coisas, Jean-André havia escrito um dos mais belos textos sobre Rouch, “Derivas da ficção” (1973), e dirigido um dos melhores filmes sobre ele, *Mosso Mosso: Jean Rouch comme si* (1998). Que estas linhas, e que esta “Caravana Rouch” sejam a ele dedicadas. ■

Mateus Araújo Silva é filósofo, ensaísta de cinema e tradutor de Glauber Rocha para o francês. É o curador e organizador, com Andrea Paganini e Juliana Araújo, da Retrospectiva e dos Colóquios Jean Rouch no Brasil em 2009.

Na grande mídia, por exemplo, durante a conferência, o segundo caderno d'*O Globo* dedicou uma página inteira falando do Boal como diretor do Teatro de Arena de São Paulo. E deu umas poucas linhas sobre a conferência, que estava acontecendo naquele momento. Claro que o Teatro de Arena revolucionou, criou uma dramaturgia brasileira. Mas é como se o Boal tivesse sido assassinado antes de morrer. Ele era tratado como uma pessoa do passado, sendo uma pessoa do presente. Ele foi nomeado embaixador mundial do teatro pela Unesco [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura] em março, pouco antes de morrer, pela sua atualidade, porque o método que ele criou é usado nos cinco continentes, não porque foi o diretor do Teatro de Arena”.

Diferentemente do teatro convencional, em que o espectador é um simples consumidor da arte do ator, no método de Boal ele é ativo, tem acesso aos meios para produzir sua própria arte. Ele usou várias técnicas, interdependentes e complementares, para atingir esse objetivo:

jogos, teatro fórum, teatro imagem, teatro invisível, teatro jornal, arco-íris do desejo e teatro legislativo. Cada uma dessas técnicas foi criada em um contexto diferente. A do teatro invisível, por exemplo, nasceu na Argentina, durante a ditadura militar. Boal estava foragido, não podia atuar em teatros, então criou peças para serem apresentadas na vida real.

‘ESTOU À VENDA’

“No teatro invisível, as pessoas, sem saber, acabam participando da cena”, explica Geo. “Não é uma ‘pegadinha’, que visa humilhar a pessoa. Ao contrário, a cena visa discutir alguma questão.” Ele dá um exemplo: “Um ator negro vai para a feira livre e diz: ‘Eu estou me vendendo porque na época da escravidão eu tinha comida, não gastava transporte e, se ficasse doente, o cara tinha de cuidar de mim. Hoje o salário mínimo não dá para isso’. As pessoas começam a discutir: ‘Não, você não pode se vender, porque você é livre!’ Aí chega outro ator, branco, e diz: ‘Quanto é que é?’ O negro diz: ‘Não precisa pagar, é só me dar casa,

comida, etc.’ ‘Então tá’. As pessoas ficam se perguntando: ‘Isso é verdade?’. Uma vez a gente fez isso e um senhor judeu ficou indignadíssimo, começou a falar dos campos de concentração. No final, a gente sai e não diz que aquilo é teatro, a ideia é não revelar. Claro que volta e meia a polícia aparece. Já aconteceu de me levarem para a delegacia e o delegado me dar o maior esporro”.

No teatro fórum, os atores vivem um problema e os espectadores são chamados pelo curinga a participar da cena. O espectador toma o lugar do protagonista e apresenta uma outra solução para o problema dele. “A ideia é você entrar em cena e se transformar”, diz Geo. “Quando entra em cena e transforma aquela realidade, você também está atuando numa questão. É o que o Boal chamava de ensaio da revolução. Vamos ensaiar hoje, para saber o que a gente fez de errado. [O curinga diz:] ‘Olha, ele fez uma coisa ali que não deu certo, então o que ele poderia ter feito que ele não fez?’ O teatro é uma imagem do real que pode capacitar a pessoa para quando acontecer aquilo de novo. Mui-

Bárbara (ao centro, com o americano Blair e o palestino Muallen à sua esq.): o Brasil ainda enxerga o Boal dos anos 1970





BOAL GLOBALIZADO

Em encontro internacional realizado dois meses após a morte de seu criador, o Teatro do Oprimido mostra que está vivo e em expansão mundo afora

por *Lia Imanishi*

NA PENÚLTIMA semana de julho, realizou-se no Rio de Janeiro a 1ª Conferência Internacional do Teatro do Oprimido. Ao lado de um público médio diário de cerca de 400 pessoas, participaram do evento 53 representantes de grupos estrangeiros e 48 de brasileiros, de 18 estados. Alemanha, Angola, Argentina, Austrália, Áustria, Canadá, EUA, Inglaterra, Espanha, França, Guiné-Bissau, Holanda, Índia, Israel, Itália, Moçambique, Nepal, Palestina, Paquistão, Porto Rico, Portugal, Senegal, Sudão, Suécia e Uruguai estiveram representados. No encontro, os participantes envolveram-se em debates e assistiram a uma mostra internacional de vídeos sobre o trabalho do Teatro do Oprimido (TO). E decidi-

ram que serão organizadas cinco redes regionais – América do Norte, América Latina, Europa, Ásia (incluindo o Oriente Médio) e África – para promover ações solidárias usando o TO. Foram eleitos cinco representantes para essas redes, que, além de centralizar a organização dessas ações, devem procurar democratizar seu site na internet.

Quem resume o resultado do encontro internacional, poucos dias após seu encerramento, são Bárbara Santos, Helen Sarapeck e Geo Britto. Eles são curingas, como são chamados os mestres de cerimônia que atuam nos espetáculos (ver “O artista dos oprimidos”, Retrato do Brasil edição 24). Os três acompanharam Augusto Boal, o criador do TO,

por quase 20 anos, desde os primeiros tempos da fundação do Centro do Teatro do Oprimido (CTO), no Rio.

A convocação da conferência foi feita em apenas dois meses, pois, embora estivesse nos planos de Boal desde o ano passado, sua morte no início de maio desorientou os curingas. Após um período de indecisão, em que quase desistiram da iniciativa, eles reuniram forças e organizaram tudo, o que permitiu, inclusive, pagar passagens para 14 representantes de grupos teatrais de África, Ásia e Argentina.

Bárbara diz que nosso país ainda não tem noção do significado do TO e de seu criador. “O Brasil ainda olha o Boal pelas coisas que ele fez nos anos 1970. ▶

tas pessoas vêm nos dizer que, quando vivenciaram um problema no teatro e depois tiveram aquele mesmo problema, seja em questões do trabalho ou de violência doméstica, elas conseguiram alternativas diferentes para suas vidas. É um método revolucionário.”

Helen diz que o método do TO se globalizou facilmente porque “há opressões que, infelizmente, são universais”. “Em qualquer país que você chegue, se você perguntar: ‘Qual é a opressão mais frequente?’, a resposta é: ‘A opressão contra a mulher’. Mesmo quando a mulher não está enxergando, depois da oficina [de TO] ela passa a enxergar. O racismo também está no mundo inteiro, a xenofobia, a homofobia.”

E a opressão também é psicológica. “O Boal criou o Arco-Íris do Desejo, que é uma forma de arteterapia, na França [enquanto esteve exilado], porque as pessoas tinham opressões que estavam internalizadas, não era falta de luz, de água, de esgoto, era uma outra coisa, dentro da cabeça. O Boal começou a criar uma técnica para ajudar essas pessoas”, diz Helen.

ÉTICA PERMANENTE

Geo completa: “A gente acha que nos países ditos desenvolvidos não tem tanta opressão. Mas vê que, no mundo inteiro, tem cada vez menos ricos e cada vez mais pobres. O berço da crise atual está nos países do Norte, onde o desemprego está acabando com as pessoas. A gente teve depoimentos dos franceses, por exemplo, dizendo que estão sendo permitidas coisas lá que nem aqui no Brasil são permitidas mais. Por exemplo, trabalho de crianças de 15 anos no horário noturno, hora extra. Lá na França, essas crianças estão agora trabalhando legalmente. É uma onda Sarkozy, Merkel, Berlusconi que está varrendo os direitos trabalhistas, impondo leis xenófobas na Europa. Os imigrantes estão sendo expulsos dos países. Esses países não são mais tão desenvolvidos. O TO ajuda a discutir isso”.

A base de tudo é a ética e a solidariedade, diz Bárbara. “O Boal sempre dizia: ‘Nossa ética está definida na Declaração Universal dos Direitos Humanos’. A Ética não é a Moral. Porque a Moral muda de um lugar para o outro, e de um tempo para o outro. Mas os direitos universais, isso não muda. Todo mundo tem direito de comer, beber, ter casa,

se educar, viajar, poder visitar o outro país sem ser expulso na fronteira. Todo mundo que faz TO tem de partir desses princípios e buscar um mundo mais justo, mais igualitário. O nosso teatro não é um teatro do entretenimento. A gente pode se divertir, deve se divertir, mas o objetivo não é entreter, é transformar”.

Ela diz que é preciso dialogar com a cultura local. “Não é aceitar a tradição como verdade, mas dialogar com aquilo que as pessoas acreditam que é a verdade, e a verdade é a vida cotidiana. O teatro traz uma interrogação. Ele não diz para as pessoas: ‘Isso não é assim’. Diz: ‘Mas e se não for assim? Foi assim sempre? Precisa ser assim para sempre?’ Nesse questionamento, abre-se espaço para outras possibilidades.”

Após ouvir esses depoimentos, RB conversou com alguns dos estrangeiros que estiveram na conferência. O moçambicano Alvim Cossa, por exemplo, conta que o TO mudou sua vida e a de milhares de pessoas em seu país. Ele trabalha com o método desenvolvido por Boal desde 2001, quando fez um estágio com uma bolsa para formação artística da Unesco. “No Rio, após os primeiros contatos com a técnica, apaixonei-me perdidamente, pois era exatamente o meio de comunicação e partilha de saberes e habilidades que faltava em meu país”, diz. Hoje, existem 167 grupos de TO, em 83 distritos de todas as províncias moçambicanas, apoiados, entre outras organizações, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Os temas debatidos são Aids (quase um quarto da população moçambicana é soropositiva) e outras doenças, como tuberculose, malária e cólera, abuso sexual, exploração, violência contra a mulher e criança, meio ambiente e questões ligadas à democracia.

Em Moçambique, os praticantes são, em geral, jovens camponeses ou ativistas sociais, alguns com nível de ensino médio, mas sem emprego e sem condições de prosseguir os estudos – quase todos eles vivem abaixo da linha da pobreza. “Eles procuram capitalizar a única coisa que o capitalismo não lhes pode tirar: a sua voz”, diz Cossa.

Para ele, o TO ajuda a vencer a “exagerada passividade dos moçambicanos” e o “exagerado apego à tradição e a práticas culturais nocivas”. Cossa refere-se ao fato de que milhares de seus compatriotas se recusam a fazer o teste da Aids, porque existe a crença de que os médicos, em ge-

ral homens brancos, trouxeram a doença ao continente – acham que a injeção do teste transmite Aids. Muitos jamais tomaram vacina na vida e costumam curar doenças com ervas e banhos. O marido proíbe a mulher de fazer o teste e, se ela faz e descobre que é soropositiva, ele a acusa de ter trazido a doença para casa.

O moçambicano Rogério Manjate fez um filme, *Meu marido está a negar*, que acompanha uma mulher soropositiva que, como muitas outras em sua comunidade, não sabe como fazer para convencer o marido a fazer o teste da Aids. Ela leva o marido para assistir a uma apresentação de TO, que trata do assunto. A peça convence o homem, e o filme mostra que, após as apresentações, ele não é o único que muda de ideia com relação ao teste.

NA PALESTINA

Cossa diz que a conferência “foi um momento de converter nossas lágrimas pela partida de Boal em adubo orgânico que alimentará a árvore que ele carinhosamente plantou”. “A conferência também sistematizou o debate sobre o desenvolvimento da metodologia, que vinha acontecendo em eixos desconexos. Ela reorganizou a família de TO pelo mundo.”

Na conferência havia dois representantes do Oriente Médio, um da Palestina e outro de Israel. Apesar do conflito que marca a convivência desses povos, eles trocaram “desejos de paz duradoura, sem passividade”. Edward Muallem diz a RB que, na Palestina, o TO existe desde 1997, encenado pelo Ashtar Theatre. Os integrantes da companhia leram sobre Boal num livro e começaram a praticar com estudantes universitários, em uma série de teatros fórum. Desde então, fazem uma produção por ano, com seis curingas e um número variável de atores, em geral mulheres e jovens marginalizados.

“O TO abre um espaço para que as vozes deles sejam ouvidas”, diz Muallem. “Durante cada programa, nos apresentamos em todas as grandes cidades e em cada pequeno vilarejo e campo de refugiados palestino. As maiores companhias de teatro estão baseadas nas grandes cidades e, por isso, os moradores de áreas rurais e campos têm no Ashtar uma das poucas chances de ver teatro. Levando teatro para o povo e oferecendo saídas que são relevantes em suas vidas cotidianas, nosso trabalho tem ganhado admiração nesses lugares.” ▶



Cossa (ao centro): em Moçambique, o Teatro do Oprimido amplifica a voz de jovens camponeses e ativistas sociais

As produções recentes tratam do uso de drogas entre os jovens em Jerusalém Oriental, violência nas famílias e na escola e buscam atacar de forma ousada tabus culturais como o casamento arranjado de jovens mulheres e o incesto. Com a ajuda de Boal, o Ashtar tornou-se o centro oficial do TO no Oriente Médio em 2007. Já treinou grupos de Amã (Jordânia) e Alexandria (Egito). Também organizou duas temporadas na Palestina, em abril e maio de 2007 e 2009. Durante esses festivais, dez grupos internacionais e seis locais se apresentaram em 37 cidades e vilarejos. Mais de 15 mil pessoas participaram. O próximo festival está marcado para 2011.

A prática teatral criada por Boal também não é novidade nos EUA. Representantes de cinco grupos americanos estiveram na conferência. Um deles, Brent Blair, é professor universitário e conta que começou a praticar TO em suas aulas na Universidade do Sul da Califórnia (USC) em 1996, quando assistiu a uma conferência e conheceu Boal pessoalmente. “Continuei a estudar com ele sempre que

pude e logo encontrei outros em Los Angeles interessados nesse trabalho. Em 2001, construí uma parceria entre a USC e outras duas universidades locais e convidamos Boal para realizar um workshop de três dias para treinar 40 pessoas em suas técnicas. No fim, reunimos um grupo de umas 500 pessoas e formamos o Centro do Teatro do Oprimido e de Artes Teatrais Aplicadas de Los Angeles”, conta.

EFEITOS DA CRISE

“Boal sempre nos incitou a empregar o TO ativamente, numa prática social engajada, com objetivo de mudança política. Já há alguns anos, temos trabalhado nessa direção e nos associamos a muitas organizações locais de ativistas”, diz Blair. Em 2010, a USC será a primeira universidade do país a oferecer uma graduação de Master of Arts em teoria e prática das técnicas do TO. “Admitiremos a cada ano entre 12 e 20 estudantes, que treinarão intensamente e participarão com organizações locais para criar performances para a transformação social.”

Blair fala sobre os efeitos perversos da crise econômica em seu país: “Muitas pessoas do setor público – das áreas de saúde, educação, de outros programas governamentais e de agências – perderam o emprego ou tiveram o salário reduzido dramaticamente, logo depois que a crise estourou. Nossos colegas do 24º St. Theatre, que hospedavam quase todos os workshops de Boal e que conseguiram um espaço teatral para os eventos de teatro fórum, perderam 300 mil dólares do orçamento anual deles, com os cortes nos programas de educação”.

A crise também afetou o trabalho do TO de outra forma. Blair explica que dá consultoria a professores e pais ativistas para usarem a técnica em protestos públicos contra outros cortes. “Faço um workshop anual de treinamento por 250 dólares por pessoa, por uma semana – taxa muito baixa se comparada à de outros programas.” No ano passado, diz, havia 40 registrados. Neste ano, foram apenas 12. “Os cortes demitiram tantos professores que poucos podem arcar com esse custo”. ■

**ASSINE O BOLETIM DO
PORTAL DO IBASE**

Receba semanalmente artigos, entrevistas e matérias publicados na Agência Ibase, além do conteúdo da revista Democracia Viva e do Jornal da Cidadania.

Fique por dentro de uma visão cidadã sobre os acontecimentos no Brasil e no mundo!



www.ibase.br



iBase^{etinho}

Retrato do **Br**ASIL

Quer informação para compreender quatro décadas de história?

Retrato do Brasil, em suas duas edições, analisa os mais diferentes aspectos da sociedade brasileira, no período de 1964 a 2006. A primeira, em 4 volumes, abrange o período 1964-1984. A segunda edição, publicada em volume único, analisa 1984-2006. São textos, gráficos, tabelas e esquemas que ajudam a entender o que se passou nessas últimas quatro décadas nas áreas da ciência e tecnologia, ambiente, condições de vida, cultura, economia e política. Complementam as obras os depoimentos de personalidades de diferentes correntes de opinião e áreas do conhecimento.

**2 edições por apenas
3x R\$ 73,33***

** não incluso o valor do frete*



adquira já

acesse www.retratodobrasil.com